



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Censura em biblioteca escolar na perspectiva dos bibliotecários

Millena Cordeiro Matos de Lima

Brasília, DF

2020

Millena Cordeiro Matos de Lima

Censura em biblioteca escolar na perspectiva dos bibliotecários

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Brasília, DF

2020

L732c      Lima, Millena Cordeiro Matos de  
              Censura em biblioteca escolar na perspectiva dos  
bibliotecários / Millena Cordeiro Matos de Lima; orientador  
Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque. -- Brasília, 2020.  
              76 p.

              Monografia (Graduação - Biblioteconomia) --  
Universidade de Brasília, 2020.

              1. Censura. 2. Biblioteca escolar. 3. Bibliotecário. I.  
Gasque, Kelley Cristine Gonçalves Dias, orient. II. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Censura em biblioteca escolar na perspectiva dos bibliotecários.

**Autor(a):** Millena Cordeiro Matos de Lima

Monografia entregue em **11 de Dezembro de 2020** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Membro Interno (FCI/UnB): Greyciane Souza Lins - Membro

Membro Externo (Província Marista Centro-Norte): Murillo de Melo Macedo- Membro

Em 09/12/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/12/2020, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/12/2020, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Murillo de Melo Macedo, Usuário Externo**, em 15/12/2020, às 05:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Millena Cordeiro Matos de Lima, Usuário Externo**, em 15/12/2020, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6065923** e o código CRC **CD414862**.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha família, que está sempre ao meu lado, independente de tudo e que sempre acreditou em mim. Aos meus amigos, que durante esta jornada me apoiaram e contribuíram para o que eu sou hoje. Em especial, a Júlia, a Carol e ao Fellipe Eduardo que me apoiaram. A companhia de vocês nas aulas não teria sido a mesma coisa. A Biblioteconomia não poderia ter unido pessoas melhores para eu criar esse vínculo e a amizade que temos, obrigada por isso. E por fim, ao meu namorado, Ricardo, que sempre teve muita paciência comigo. Meu obrigada por me incentivar e acreditar que eu chegaria até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me possibilitado concluir esta nova fase da minha vida, mesmo com os empecilhos da vida. Agradeço também aos meus professores de graduação, por me ajudarem a concluir essa etapa. E a minha orientadora, Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque, por me guiar e aconselhar na elaboração deste trabalho.

## **RESUMO**

A censura no Brasil ocorre desde o período colonial, de acordo com a literatura especializada, com o impedimento de divulgação de notícias, livros, de pessoas se manifestarem por meio da fala e artisticamente. Na Ditadura Militar, livros considerados com viés político de “esquerda” não eram adquiridos nas bibliotecas. Mesmo após esse regime, as bibliotecas ainda sofrem com censura por parte de quem tem poder em ambientes bibliotecários. Isso pode acontecer por parte do próprio profissional, por autoridades governamentais, pressões individuais ou de grupos, por meios jurídicos, por questões ideológicas, entre outros. Este trabalho tem como objetivo analisar a percepção do bibliotecário acerca da questão da censura em bibliotecas escolares do ensino fundamental e ensino médio. A metodologia tem abordagem qualitativa, realizada por meio de questionário on-line para os bibliotecários escolares do Brasil. Os resultados mostram que existe censura em bibliotecas escolares que partem do próprio bibliotecário e até mesmo da própria instituição em que a biblioteca está inserida. Os bibliotecários escolares apresentaram os motivos para a censura ocorrer nesses ambientes, como obras contendo sexualidade e nudez, figuras abstratas, seres fantásticos e bruxas, conteúdo político, entre outros.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Censura. Bibliotecário.

## **ABSTRACT**

Censorship in school libraries is not widely divulged in the press, although literature addresses censorship in libraries in general. Censorship in Brazil occurs since the colonial period, according to the specialized literature, with the obstruction of dissemination of news, books and people from manifesting themselves through speech and artistically. In the military dictatorship, books considered as “leftist” ideology were not acquired in libraries. Even after this regime, libraries still suffer from censorship by those who have power in library environments. It can be done by the professional himself, by government authorities, individual or group pressures, by legal means, by ideological issues, among others. Therefore, this work aims to analyze the perception of the librarian about the issue of censorship in elementary and high school libraries. In this study, the qualitative approach was used as a methodology, conducted through an online questionnaire for school librarians in Brazil. The results showed that currently there is censorship in school libraries which start from the librarian himself and even by the very institution from which the library is part of. School librarians presented some reasons for censorship to happen in these environments, such as works containing sexuality and nudity, abstract figures, fantastic beings and witches, political content, among others.

**Keywords:** School library. Censorship. Librarian.



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Tarefas e ações necessárias ao desenvolvimento da biblioteca escolar como recurso educacional e agente interdisciplinar de apoio pedagógico .....	26
Quadro 2 – Paradigmas da biblioteca escolar.....	29
Quadro 3 – Instrumentos auxiliares à seleção, de acordo com cada autor .....	39

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Região em que o bibliotecário escolar reside .....	48
Gráfico 2 – Faixa etária do bibliotecário escolar.....	48
Gráfico 3 – Tempo de experiência do bibliotecário escolar .....	49
Gráfico 4 – Público-alvo da biblioteca .....	49
Gráfico 5 – Tipo da escola em que a biblioteca está inserida.....	50
Gráfico 6 – Características das bibliotecas escolares .....	50
Gráfico 7 – Critérios de seleção .....	52
Gráfico 8 – Política de seleção de acervo das bibliotecas escolares .....	53
Gráfico 9 – Tipos de censura.....	56
Gráfico 10 – Motivos da censura na biblioteca escolar.....	57
Gráfico 11 – Adequação dos assuntos na biblioteca escolar .....	58

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABL	Academia Brasileira de Letras
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
BCE	Biblioteca Central
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>15</b>
2.1	JUSTIFICATIVA .....	15
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>17</b>
3.1	OBJETIVO GERAL.....	17
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>4</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>17</b>
4.1	BIBLIOTECA ESCOLAR .....	17
4.1.1	Conceito .....	17
4.1.2	Surgimento e evolução .....	20
4.1.3	Bibliotecas escolares contemporâneas .....	25
4.2	SELEÇÃO DE ACERVO .....	31
4.2.1	Conceito .....	31
4.2.2	Processo de desenvolvimento de coleções .....	33
4.2.3	Política de desenvolvimento de coleções .....	34
4.2.4	Estudo de comunidade .....	35
4.2.5	Aquisição .....	35
4.2.6	Desbastamento .....	36
4.2.7	Avaliação do acervo.....	37
4.3	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO .....	38
4.3.1	Coleção da biblioteca escolar .....	40
4.4	CENSURA .....	42
4.4.1	Autocensura .....	43
4.4.2	Censura legal ou governamental .....	44
4.4.3	Censura por pressão individual ou de grupo .....	44
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>46</b>

<b>6</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>47</b>
6.1	PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO .....	47
6.2	PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA ESCOLAR .....	51
6.3	RELAÇÃO ENTRE A CENSURA DE LIVROS E A SELEÇÃO DO ACERVO .....	55
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>70</b>
	<b>ANEXO A – FRAGMENTO DO LIVRO CENSURADO NA BIENAL .....</b>	<b>76</b>
	<b>ANEXO B – LISTA DE LIVROS CENSURADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA .....</b>	<b>777</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil mostra períodos de mais ou menos censura, que ocorreu e ocorre nos diversos âmbitos, por exemplo, sociais, políticos, educacionais. É possível até argumentar que a história do Brasil, também é uma história da censura. O termo censura significa “controle exercido sobre a informação e os livros, com a finalidade de decidir sobre a oportunidade, ou inoportunidade, de sua disseminação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 76). A censura também fez parte das bibliotecas, principalmente, das bibliotecas escolares.

A prática de censura em bibliotecas no Brasil, na década de 1980, era pouco informada a não ser pelos veículos de imprensa. Cofres-fortes foram abertos e livros proibidos foram descobertos durante governos autoritários. Além disso, os livros de editoras consideradas com viés político de “esquerda” não eram comprados no Regime Militar pelas bibliotecas municipais (VERGUEIRO, 1987).

Vergueiro (1987) cita ainda a participação dos magistrados romanos, na Roma antiga, que eram chamados de censores por deter o poder de proibir os cidadãos a frequentar certas funções públicas. Além disso, a Igreja Católica teve papel bastante importante no marco da censura, contudo ela está presente também em dimensões políticas e morais (VERGUEIRO, 1987; MORAES, 2006). A censura ocorre desde a proibição de divulgação de notícias, livros, informação até o impedimento da fala e de representação artístico-intelectual (CUNHA; CAVALCANTI, 2008; PEREIRA, 2010). Desse modo, desde o período colonial no Brasil até a Ditadura Militar, a literatura apresenta o começo da censura em obras de determinados locais, como teatro, cinema, rádio, imprensa, livrarias com o intuito de fiscalizar a produção e disseminação dessas obras (PEREIRA, 2010). Em ambientes bibliotecários, a censura parte das pessoas que detém poder, a fim de controlar as informações veiculadas para as pessoas (VERGUEIRO, 1989).

O autor complementa ainda ao explicar três tipos de censura no âmbito bibliotecário: a autocensura, a legal ou governamental e a por pressão individual ou de grupo. Outros seis tipos de censura são levados em consideração: censura jurídica, administrativa, intimidativa, econômica, cerceativa e ideológica (PIERRAT, 2009 apud PEREIRA, 2010; ŽIŽEK, 2003). Pereira (2010) levanta os principais motivos para ocorrer a censura, atualmente, que variam entre o conteúdo das obras, adoção do “politicamente correto” e, nas escolas, proteção às crianças. Dentre esse assunto, também é ressaltado a liberdade intelectual defendida por Vergueiro (1987).

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada em bibliotecas escolares brasileiras, por meio de questionário on-line e divulgado em redes sociais. Esse estudo tem como objetivo levantar dados sobre a censura de obras, na perspectiva dos bibliotecários escolares, explicada nos próximos tópicos.

## **2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA**

Qual a percepção do bibliotecário escolar sobre a questão da censura na biblioteca escolar do ensino fundamental e ensino médio?

### **2.1 Justificativa**

A prática bibliotecária enfrenta alguns problemas relacionados à censura de materiais bibliográficos, que pode partir do próprio bibliotecário (autocensura), de indivíduos ou de autoridades superiores a ele, como o governo e as instituições as quais o bibliotecário atua (censura legal ou governamental) (VERGUEIRO, 1987). No Brasil, segundo Vergueiro (1987), não é muito veiculado nas mídias e na imprensa acerca da censura em bibliotecas, e pode-se observar que não é divulgado também sobre a censura em bibliotecas escolares, seja em escolas privadas ou públicas.

A censura é muito adotada em governos autoritários, como os casos da época da Ditadura Militar, tal como a censura de livros na Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), em que, por meio de notícias da época, foi encontrado livros e folhetos considerados subversivos por possuírem capas vermelhas, conforme aponta Salmeron (1999). Anterior aos episódios da Ditadura Militar, no período colonial, a censura destacou-se bastante, em vários contextos não somente no campo literário, como salienta Pereira (2010).

Um acontecimento mais recente, foi na bienal do Rio de Janeiro, em 2019, que foi noticiado na imprensa como censura o fato do então governador determinar recolher exemplares do livro “Vingadores, a cruzada das crianças”<sup>1</sup> por possuir uma imagem de um beijo entre dois homens (COELHO, 2019). Além desse episódio no Rio de Janeiro, ocorreu outro fato, envolvendo a censura, mas nesse caso em biblioteca escolar, em fevereiro de 2020, no Estado de Rondônia (CENSURA..., 2020; OLIVEIRA, 2020).

---

<sup>1</sup> Ver anexo A.

De acordo com Oliveira (2020), foi divulgada uma lista da Secretaria de Educação de Rondônia, por meio de um memorando, com quarenta e três livros considerados impróprios para crianças e adolescentes. Na lista constava livros de autores renomados, como Euclides da Cunha, Mário de Andrade e Machado de Assis, que são objetos de provas de vestibular no país<sup>2</sup>. O memorando gerou revolta e com isso, a Academia Brasileira de Letras (ABL) divulgou nota de repúdio contra a censura dos livros, contra a falta de liberdade de expressão e o ódio à cultura, que ignora completamente a “autonomia da obra de arte” (NOTA..., 2020). Por mais que um desses casos esteja fora de ambiente bibliotecário, ainda assim vale ressaltar essa problemática, pois a censura também pode ocorrer em bibliotecas escolares. Fato de a censura em bibliotecas escolares não ser divulgada, amplamente, para o público em geral, pode-se acreditar que isso não costuma mais ocorrer nesses ambientes.

Com toda a repercussão, nos últimos anos, da censura de livros, de um modo geral, tais fatos deram visibilidade ao assunto e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) propôs para o Dia do Bibliotecário de 2020, a campanha intitulada “Bibliotecas que não se calam”. Por meio da campanha, muitos sites e blogs de biblioteconomia compartilharam em redes sociais, um questionário elaborado pela FEBAB para os bibliotecários, que sofreram com a censura na biblioteca, relatarem experiências para posterior publicação. O intuito foi divulgar e discutir a problemática da censura, que pode ocorrer mesmo em ambientes democráticos (BIBLIOTECAS... c2012-2020).

O referido tema foi tratado também, de forma fictícia, em um episódio de *Malhação*, novela da rede Globo de televisão<sup>3</sup>. No episódio<sup>4</sup>, os livros *Capitães da Areia*, de Jorge Amado e *O Beijo no Asfalto*, de Nelson Rodrigues foram impedidos de serem incorporados ao acervo da biblioteca da escola, por conta de o conteúdo dos livros serem considerados por alguns estudantes da escola como pornografia (DIANA..., 2020). A questão também foi retratada *No despertar da tormenta* (*Storm center*). Vergueiro (2010) explica que o filme trata da liberdade intelectual e da luta contra a censura.

---

<sup>2</sup> Ver anexo B.

<sup>3</sup> A rede Globo é uma rede de televisão brasileira, com sede no Rio de Janeiro e fundada em 1965. É assistida no exterior também, por meio da TV Globo Internacional e o canal está disponível a 118 países. “A criação da Globo movimentou o mercado de televisão do Brasil [...]. Uma programação baseada em jornalismo e entretenimento, tendo a novela como carro chefe”. E o sinal do canal chega a 5.490 municípios brasileiros (INAUGURAÇÃO..., c2013).

<sup>4</sup> O episódio, exclusivo para assinantes, encontra-se no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/8284585/>.



### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

- Analisar a percepção do bibliotecário escolar sobre a questão da censura na biblioteca escolar do ensino fundamental e ensino médio.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- Levantar o perfil demográfico do bibliotecário escolar.
- Levantar a percepção dos bibliotecários sobre os critérios de seleção do acervo da biblioteca escolar.
- Levantar a relação entre a censura de obras e a seleção do acervo.

### **4 REVISÃO DE LITERATURA**

O presente capítulo trata da revisão de literatura. A revisão de literatura foi realizada por meio de livros e artigos que tratam sobre a biblioteca escolar e a censura de materiais bibliográficos. Foram usados o Google Acadêmico e as bases de dados de livros digitais oferecidas pela UnB, como a Minha Biblioteca e a Biblioteca Universitária da Pearson. Este trabalho apresenta os seguintes tópicos: conceito de biblioteca escolar, surgimento e evolução, bibliotecas escolares contemporâneas, conceito de seleção de acervo, critérios e censura.

#### **4.1 Biblioteca escolar**

Esta seção aborda o conceito da biblioteca escolar, surgimento, evolução e a situação das bibliotecas contemporâneas.

##### **4.1.1 Conceito**

A etimologia da palavra “biblioteca” tem origem do latim, do vocabulário grego *bibliotheca*, em que *biblion* significa livro e *theke*, estojo, escaninho, lugar onde guardavam-se os rolos de papiro. Contudo, nem toda coleção de livros é uma biblioteca, da mesma forma que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para a biblioteca de fato

existir como instituição social deve haver três pré-requisitos. O primeiro deles é a intenção política e social; o segundo, ter usuários (potenciais e efetivos) e o último, ter espaço físico (LEMOS, 2005). Ressalta-se que nesta pesquisa compreende-se livros no sentido genérico de “obra”, não necessariamente, de uma obra impressa.

A biblioteca possui um acervo de materiais impressos ou não impressos com o propósito de leitura, visualização, estudo e consulta. A relação autor/leitor nas bibliotecas deve considerar as cinco leis de Ranganathan (2009), quais sejam: 1) os livros são para usar; 2) para cada pessoa o seu livro; 3) para cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor; 5) a biblioteca é um organismo em crescimento. Destas leis pode-se inferir a função da biblioteca, a qual não é um local de depósito de livros. Os livros são para constituir o acervo de acordo com as necessidades informacionais dos usuários e para manter o seu crescimento, deve-se estabelecer medidas de seleção e descarte (LEMOS, 2005). No quesito disseminação da informação, Abreu (2012a, p. 29) explica que a biblioteca é vista como instituição social antiga e tradicional, com o objetivo “de coletar e disponibilizar materiais informacionais em diversos formatos”, sejam eles impressos e digitais, tais como: livros, revistas, jornais, mapas, folhetos e até materiais de áudio e imagem, por exemplo: CD-ROM, filmes e fotografias. O objetivo é deixar os materiais acessíveis para que os usuários tenham conhecimento do que são produzidos pela sociedade (ABREU, 2012a). A missão da biblioteca escolar está ligada à finalidade da escola em que a biblioteca situa, onde conecta “os conhecimentos gerados no mundo exterior e a comunidade docente e discente” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 8).

Para conceituar a biblioteca escolar, Côrte e Bandeira (2011) a definem como um espaço com o intuito de realizar estudos, construir conhecimentos, colaborar com a escola, compartilhar experiências, fomentar o interesse intelectual, auxiliar os estudantes a serem criadores de cultura e, por fim, incentivar o hábito e o prazer da leitura. Dessa maneira, a biblioteca escolar é um espaço que proporciona aos estudantes “experiências criativas de uso de informação”. A instituição pode ajudá-los em questões do dia a dia, aproximando-os da realidade a ser enfrentada nos papéis profissionais e de cidadão (CAMPELLO, 2012a, p. 11). A biblioteca escolar deve ser pensada além da disseminação da informação, mas é imprescindível a associação da biblioteca com a aprendizagem, práticas de leitura e escrita. Dessa forma, para Caldeira (2012a), a biblioteca visa atender a política pedagógica da escola, em que está inserida e ser o espaço adequado para a diversidade textual a fim de expandir o conhecimento letrado do estudante (CALDEIRA, 2012a).

Ainda neste sentido, Durban Roca (2012) explica que a biblioteca escolar é uma ferramenta para promover a cultura escrita, e além desta, a sua missão está relacionada à leitura.

A autora ainda destaca que a biblioteca não é apenas “um recurso educacional, mas também um agente pedagógico de caráter interdisciplinar que pode exercer uma função de apoio na experimentação e realização das mudanças tecnológicas que a nova situação curricular exige” (DURBAN ROCA, 2012, p. 67), ou seja, as atividades da biblioteca e o seu acervo devem estar vinculados com as práticas pedagógicas dentro de sala de aula e requer materiais adequados com o intuito de os alunos conseguirem realizar pesquisas e atividades de leitura e escrita.

Além disso, a autora afirma que a biblioteca facilita a aprendizagem, o ensino, a leitura e as habilidades intelectuais ou cognitivas, como “aprender a pensar”, que está ligado ao “desenvolvimento da linguagem e à prática da leitura” e à competência informacional (DURBAN ROCA, 2012, p. 76). Santana Filho (2005) apresenta ideias semelhantes às de Durban Roca (2012) acerca da leitura, acrescentando ainda que a leitura a qual a biblioteca tem como papel incentivar é a reflexiva, porque o estudante terá um ponto de vista com mais significados, não estático e com diversas informações. Vale ressaltar que a biblioteca escolar pode também oferecer livros e materiais que possibilitam o aperfeiçoamento e ampliam o conhecimento que os estudantes recebem em sala de aula (CÔRTE; BANDEIRA, 2011). Na visão de Côrte e Bandeira (2011, p. 3-6), “a biblioteca escolar precisa ser aberta, ser interativa, e constituir-se num espaço livre para expressão genuína da criança” e tem como função “ser parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, que conduz o cidadão a uma formação sólida, garantindo-lhe uma melhor qualidade de vida”. As autoras não abordam apenas a função da biblioteca escolar ligada aos programas educacionais, igual aos outros autores, mas acrescentam que ela serve de papel político, cultural e social, ao

- promover e facilitar o intercâmbio de informações
- promover a formação integral do aluno
- tornar-se um ambiente social, cooperativo e democrático [...]
- promover a integração entre aluno, professor, ex-alunos e pais (CÔRTE; BANDEIRA, 2011).

Há um consenso entre alguns autores acerca da biblioteca escolar, compreendida como ambiente de aprendizagem, leitura, cultura e desenvolvimentos de habilidades, com o intuito da biblioteca ser atuante como Centro de Recursos de Aprendizagem. Isso significa que a biblioteca escolar como Centro de Recursos de Aprendizagem “é um instrumento de desenvolvimento do currículo, que permite o fomento à leitura e à formação de uma atividade científica. Torna-se, portanto, elemento crucial na formação do indivíduo para a aprendizagem permanente, estímulo à criatividade e à comunicação” (GASQUE, 2013, p. 140).

#### 4.1.2 Surgimento e evolução

Desde a Antiguidade, a biblioteca acompanha o desenvolvimento do conhecimento humano (CALDEIRA, 2012a, p. 52), “conservando e disseminando as ideias contidas nos livros e em outros materiais”, mesmo com os diversos tipos de materiais, desde os tabletes de argila até as redes de informação eletrônicas. Apesar de todas as mudanças ocorridas, em especial, em relação à transformação dos suportes de informação, ainda assim, na época, a biblioteca possuía o mesmo conceito; um local coletivo, em que os registros são utilizados por uma comunidade (CALDEIRA, 2012a).

As bibliotecas escolares também mantêm espaços de acesso à informação, contudo na visão de Pereira et al. ([201-], p. 1) “a biblioteca escolar é vista como um espaço de aprendizagem e deve ser utilizada no ambiente escolar como uma ferramenta pedagógica através de atividades de incentivo [à] leitura, [à] educação de usuários e ao auxílio [à] pesquisa”. Com isso, atualmente, a biblioteca escolar preocupa-se em ter seu espaço vinculado ao processo de aprendizagem (COSTA et al., 2018).

Conforme Andrade (2012a, p. 15) argumenta, a biblioteca é uma instituição, em que “durante séculos garantiu a sobrevivência dos registros do conhecimento humano, tem agora seu potencial reconhecido como partícipe fundamental do complexo processo educacional”. Vianna (2012, p. 43-44) concorda com Abreu (2012a) no sentido de a biblioteca ser uma instituição antiga e complementa que “surgiu quando o homem percebeu a importância de cuidar de seu patrimônio intelectual, registrado, naquela época, em suportes frágeis e de difícil reprodução”. De acordo com Durban Roca (2012), as bibliotecas nasceram com a finalidade de permitir o acesso e dar longevidade aos documentos presentes.

Silva (2011) trata da história da biblioteca escolar em seu artigo, em que analisa as perspectivas históricas desde o surgimento vinculado às comunidades religiosas até a emergência da Lei nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010). No que concerne às bibliotecas escolares no Brasil, Leite (1942 apud SILVA, 2011) afirma que as primeiras bibliotecas se instalaram na Bahia, com a construção dos colégios jesuítas, com o propósito de catequizar índios e colonos. Elas surgiram com o acesso muito restrito, apenas aos membros da igreja: bispos e padres, por exemplo. As bibliotecas escolares nesse período eram identificadas por Silva (2011) mais como especializadas do que como escolares. Isso ocorre pelo fato de serem usadas com o propósito de subsidiar os estudos religiosos e científicos para a catequização.

Posteriormente, no século XVII, outras ordens religiosas começaram a criar bibliotecas para atender os usuários, como as dos franciscanos, beneditinos e carmelitas. Conforme o autor,

as bibliotecas jesuíticas mais destacadas se encontravam em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pará e Pernambuco, com a ideologia teológico-científica; as dos franciscanos estavam localizadas em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda; e as bibliotecas escolares beneditinas, em Rio de Janeiro e São Paulo. No século XIX, as bibliotecas escolares religiosas começaram a declinar por conta da circular de Marquês de Pombal proibindo o noviciado, que acabaram com os conventos (MORAES, 2006). A questão dos conventos partiu também dos ideais iluministas, provindos da França, que convergem com as ideias da igreja católica e tornou-se uma situação conflituosa (SILVA, 2011). Com base nisso, a circular de Pombal trouxe prejuízos para as bibliotecas que foram abandonadas e, como consequência, os insetos, os cupins e a umidade fizeram com que o acervo fosse perdido. É importante destacar que o Marques de Pombal não investiu contra as bibliotecas escolares, mas contra as ordens religiosas, que na época tinham muito poder junto ao rei, o que o incomodava.

A decadência das escolas religiosas não interferiu na criação de outras escolas e bibliotecas, com foco na educação formal. O autor destaca que as escolas e as bibliotecas escolares ainda possuíam influências religiosas, mas atendiam principalmente aos estudantes, pais e responsáveis. Neste cenário, houve a criação de outras escolas laicas como, inicialmente, o Mackenzie College, de São Paulo, em que adotaram a liberdade de ensino religioso (SILVA, 2011).

Desse modo, ao final do século XIX e início do século XX, as bibliotecas começaram a ter outro tipo de configuração não relacionada aos assuntos religiosos. Entretanto, ainda de acordo com Silva (2011), as que mais se evidenciaram foram as de colégios particulares, onde estudavam a elite brasileira, que mantinham abordagens religiosas. Três situações influenciam até hoje a questão da biblioteca escolar, sendo as duas primeiras relacionadas às escolas particulares, e a terceira, referente às públicas. Na primeira situação parte do pressuposto de que as bibliotecas escolares são acessíveis, basicamente, para o público com *status* econômico e social elevado; a segunda vincula-se à religião; e a terceira situação refere-se a não consideração da capacidade educativa da biblioteca escolar, resultando em uma ideia que ela é apenas um espaço que contém livros sobre quaisquer assuntos (SILVA, 2011).

A partir do século XX, a biblioteca escolar ganha novo espaço ao ser incluída nas reformas educacionais e, conseqüentemente, começa a ser mais valorizada por estimular o ensino-aprendizagem, em decorrência de maior incentivo à leitura. Por outro lado, percebe-se que, a biblioteca escolar como “instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade” não é contemplada na prática. Isto ocorre em decorrência da falta de investimentos por parte do governo e de políticas (SILVA, 2011, p. 490).

Fontes, Galvão e Santiago (2018) defendem que a biblioteca e a escola caminhem conjuntamente e que o espaço não seja visto apenas como uma distração para os estudantes. Contudo a realidade da situação das bibliotecas brasileiras é outra, ainda mais na percepção de muitos estudantes, que enxergam a biblioteca como um espaço de “castigo, silêncio e pouco propício a construção de diálogos” (LIMA, 2018, p. [51]). Além disso, muitas bibliotecas não passam de salas de leitura, por não possuírem um profissional da área de biblioteconomia, como mostra a pesquisa de Torres (2014).

Silva (2011) ressalta a importância da solidificação da biblioteca escolar, iniciada pelo Estado de Santa Catarina, ao identificar ser necessário que as bibliotecas escolares se aproximem de outros aspectos da escola, como clube de leitura e entre pais e professores. Machado (2002 apud SILVA, 2011) certifica que, entre 1940 e 1950, o estado cobrava a instalação de bibliotecas nas escolas, por meio de reuniões mensais realizadas pelo Departamento de Educação e circulares para aos diretores. Na Primeira República, em São Paulo, o regimento interno das escolas públicas de 1894 antecipa a existência de bibliotecas nas escolas chamadas preliminares (LANZI; VIDOTTI; FERNEDA, 2013). Nessas escolas, “para uso e instrução do professor, haverá sob a sua guarda e responsabilidade [...] uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarização das principaes applicações da sciencia á agricultura e á industria” (SÃO PAULO, 1894).

Portanto, segundo Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013), a biblioteca escolar do período de 1890 a 1920 serviu como apoio para o professor. Durante as décadas de 1920 e 1930, a biblioteca escolar possuiu outro significado, envolveu-se em um modelo mais pedagógico, voltado para a escola pública, denominado Escola Nova. Esse modelo expandiu os usuários da biblioteca para abranger os estudantes, visto que, anteriormente, era voltada exclusivamente aos professores (LANZI; VIDOTTI; FERNEDA, 2013). Percebe-se, então, que no século XIX, faltavam políticas públicas nacionais para todos os tipos de bibliotecas, tanto escolares, quanto universitárias. Em contrapartida, em 1990 e nos anos 2000, surgiram algumas políticas a nível nacional com o intuito de contribuir para o desenvolvimento das bibliotecas escolares. Silva (2011) traz alguns exemplos:

- a) Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, [2019]), mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- b) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997.
- c) Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), criado em 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

d) Lei nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são referências para a qualidade da educação de ensino fundamental no Brasil e propõem às escolas criarem oportunidades para os estudantes conhecerem a linguagem textual em diversas modalidades e gêneros, tais como romance, jogos e poesia (BRASIL, 1997; CAMPELLO, 2012b). A partir de orientações dos PCNs, a biblioteca escolar tem papel fundamental na aprendizagem e pode tornar-se aliada no incentivo e gosto pela leitura fora do ambiente de sala de aula também, na transformação dos estudantes em leitores constantes e em ajudá-los a interpretar o que leem. Uma das condições para isso ocorrer é possuir uma boa biblioteca na escola (BRASIL, 1997; CAMPELLO, 2012b). Na visão de Lanzi, Vidotti e Farneda (2013) sempre houve legislação a favor da existência de bibliotecas escolares, assim que surgiu as escolas públicas. Essa legislação sugere os componentes da biblioteca, o espaço, a mobília e a exigência de um profissional bibliotecário.

Aproximadamente duas décadas atrás, os PCNs descreviam a biblioteca escolar como espaço de elaboração de projetos, mas de forma incipiente ainda, por exemplo, mediante a leitura de poemas ou empréstimo de livros na biblioteca para compartilhamento da leitura com colegas e “contextualizar a necessidade de ler e, em determinados casos, a própria leitura oral e suas convenções”, como também contextualizar a linguagem escrita, produção de textos, fomento à leitura e outros aspectos ligados à língua portuguesa (BRASIL, 1997, p. 46).

Sendo assim, os PCNs, de acordo com Campello (2012b), recomenda que na biblioteca, os materiais sejam de fácil acesso; o espaço seja pensado justamente para quem for utilizá-lo, no caso, os estudantes; e que a escola em si estimule os estudantes a frequentarem o local, com isso, a iniciativa de pegar livros emprestados partirão deles próprios e a prática de leitura se dará com o uso do acervo e da biblioteca ao buscar informações e consultar todos os tipos de fontes, seja jornal ou revista. A biblioteca escolar atuante como Centro de Recursos de Aprendizagem, que é o novo cenário atual, por sua vez, deve “permitir a socialização entre os usuários, favorecendo a convivência e o respeito entre colegas de faixas etárias diferentes” e facilitar “o processo de dinamização, permitindo a ocorrência de várias atividades simultaneamente”, inclusive recursos educacionais para garantir a aprendizagem dos estudantes (GASQUE, 2013, p. 146).

Mesmo com a visão de uma biblioteca pouco integrada ao paradigma pedagógico, e de certa forma, anacrônica, não houve formação para os professores integrarem as bibliotecas ao fazer pedagógico em sala de aula, muito menos fiscalização adequada e, como consequência disso, mesmo com algumas políticas, as bibliotecas escolares, principalmente, as de instituições

públicas, não possuem grande valorização e há desinteresse por parte de autoridades e de profissionais da educação que lidam com as crianças e jovens. Dessa maneira, o local que seria destinado à biblioteca passa a ser destinado a mais salas de aula e a biblioteca, de fato, é esquecida no ambiente escolar e quando existe, não passa de depósito de livros ou enfeite da escola (LANZI; VIDOTTI; FERNEDA, 2013). Atualmente, tem-se uma “noção desqualificada” de biblioteca escolar, justamente pela sua história de ser frequentada por um grupo minoritário, sem políticas e gerenciamento adequado (SILVA, 2011, p. 499).

Contudo, a partir do conceito de biblioteca, proposto por Lemos (2005), percebe-se que houve uma mudança bastante significativa referente à biblioteca escolar, na base teórica, pela percepção de Silva (2011), uma vez que, historicamente, as primeiras bibliotecas eram espaços onde se constituíam o paradigma da conservação (KEIKO 1997 apud GASQUE, 2013). Porém com a invenção da imprensa, “a inclusão das bibliotecas nas políticas públicas e o aprimoramento das competências técnicas, as bibliotecas começam a ser concebidas com a finalidade de disseminar a informação, constituindo o paradigma da difusão” (GASQUE, 2013, p. 141). Entretanto a biblioteca escolar não deve restringir apenas à difusão da informação, mas ter função pedagógica e auxiliar os estudantes na aprendizagem. Como é o caso do Centro de Recursos de Aprendizagem do estudo de Gasque (2013), em que preza a inclusão da comunidade educacional e a organização de materiais bibliográficos para atender a comunidade educacional, apoiar a formação continuada dos professores, propiciar o uso das novas tecnologias da informação e comunicação, desenvolver projetos de letramento informacional, incentivar a leitura e valorizar a diversidade cultural em um espaço com estrutura adequada e layout funcional.

Recentemente, outras diretrizes foram implementadas no que concerne à educação, como os documentos publicados pelo Ministério da Educação intitulados *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* e *Base Nacional Comum Curricular* (BRASIL, 2013; BASE..., [2018?]). O primeiro documento aborda as novas diretrizes curriculares e orientações com o intuito de aperfeiçoar a educação nacional, que, segundo o documento, trata-se da “educação de qualidade social” (BRASIL, 2013, p. 14). As novas diretrizes buscam uma educação de qualidade social, não somente com a participação da equipe pedagógica, mas também com a utilização adequada dos espaços da escola, inclusive a biblioteca, em que visa garantir o acesso dos estudantes ao espaço, contudo sem especificar como fazer isso. O segundo documento consiste na divisão dos conteúdos de aprendizagem por ano escolar, suas temáticas e objetos de conhecimento e habilidades de cada disciplina, além de os objetivos para cada escolaridade. Este documento defende a inserção da biblioteca no cotidiano dos estudantes, por



meio do incentivo à leitura na biblioteca com a atividade de compartilhar a sua opinião sobre a leitura com os demais colegas.

O único exemplo do documento *Base Nacional Comum Curricular*, para a biblioteca escolar, é a leitura individual de livros, citado anteriormente, em que é sugerido selecionar os livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula. Contudo, para a biblioteca escolar atuante como Centro de Recursos de Aprendizagem, é necessário mais do que garantir o acesso aos livros da biblioteca. É preciso que tenha recursos educacionais no espaço e a comunidade pedagógica ser mais ativa no processo (GASQUE, 2013). Essas características do Centro de Recursos de Aprendizagem não são ressaltadas em nenhum dos documentos. Assim, os documentos não apresentam muitas novidades em relação aos PCNs. Com isso, o próximo tópico aborda as bibliotecas escolares contemporâneas, como elas são na teoria e na prática, na vivência dos estudantes e dos professores.

#### **4.1.3 Bibliotecas escolares contemporâneas**

De acordo com a literatura atual, as bibliotecas escolares precisam atuar como Centro de Recursos de Aprendizagem, isso significa que precisam estar alinhadas com a política da escola, com os professores da instituição, que podem usufruir da biblioteca para complementar as atividades de sala de aula e se qualificarem também. A biblioteca escolar é espaço de aprendizagem para a comunidade escolar, que destaca a importância da parceria entre os professores e os bibliotecários, com o intuito de serem eficazes, ter acervo adequado e projetos em parceria com a comunidade escolar. Consequentemente, “[a] parceria com os docentes da comunidade escolar pode melhorar a[s] competências leitora[s] e a aprendizagem dos estudantes” a partir do desenvolvimento de “projetos de incentivo à leitura” com a mediação dos bibliotecários (GASQUE; SILVESTRE, 2017, p. 80).

O quadro 1 além de abordar alguns aspectos para existir essa parceria entre os professores, os bibliotecários e a comunidade escolar como um todo, traz uma ideia da biblioteca escolar vista não apenas como espaço de disseminação da informação, mas vinculada ao projeto pedagógico institucional e à aprendizagem dos estudantes e da comunidade, como a prática da leitura e escrita e da pesquisa.

Quadro 1 – Tarefas e ações necessárias ao desenvolvimento da biblioteca escolar como recurso educacional e agente interdisciplinar de apoio pedagógico

<p><b>Ações de apoio vinculadas à prática educacional</b> <b>(serviços, atividades ou programas) - <i>dimensão educacional</i></b></p>
<p>1. Ações de apoio para toda escola (localizadas em um contexto específico ou que se referem a uma necessidade da escola)</p> <p>Apoio a projetos pontuais realizados na escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar os materiais e os recursos necessários para a realização das atividades dos projetos.</li> <li>• Desenvolver ações em determinados aspectos dos projetos colaborando para difusão e dinamização.</li> </ul> <p>Dinamização cultural aproximando escola e sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver atividades culturais ao longo do ano escolar em função de efemérides locais ou nacionais.</li> <li>• Promover e difundir atividades culturais do contexto social no qual a escola está inserida.</li> </ul> <p>Função social como espaço aberto à comunidade educacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ações de atendimento às desigualdades entre os alunos e as necessidades educacionais especiais.</li> <li>• Desenvolver ações e atividades de envolvimento das famílias na promoção da leitura.</li> </ul> <p>2. Ações de apoio ao trabalho de sala de aula (localizadas dentro de uma atividade específica, dentro de uma sequência formativa determinada e em uma programação).</p> <p>Apoio ao trabalho da área ou de sala de aula.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ações e atividades de apoio às solicitações dos professores em relação a trabalhos de pesquisa ou resolução de problemas de pequena ou grande magnitude.</li> <li>• Facilitar as atividades de reforço educativo e de adaptações curriculares para o atendimento dos alunos com problemas de aprendizagem.</li> <li>• Desenvolver na biblioteca um local de autoaprendizagem das diferentes matérias.</li> </ul>

Apoio na aprendizagem de habilidades para pesquisar e informar-se.

- Desenvolver ações de apoio referentes ao acesso e a melhor utilização dos distintos tipos de materiais na formação básica de usuários da biblioteca.
- Desenvolver ações de apoio na aplicação de etapas de trabalho intelectual para a realização de trabalhos ou projetos de pesquisa em uma matéria ou interdisciplinares.

Apoio no desenvolvimento de atividades de leitura e escrita.

- Oferecimento de recursos bibliográficos (físico ou digital) para o uso dos diferentes tipos de textos.
- Oferecimento de leituras literárias para a formação e experiências literárias.

Fonte: adaptado de Durban Roca (2012, p. 27).

Parece haver uma lacuna entre como os pesquisadores pensam sobre a biblioteca e como as diretrizes a idealizam no sistema educacional brasileiro. Apesar disso, diferentemente dos PCNs, observa-se que nas novas diretrizes – presentes no documento *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* (BRASIL, 2013) – a biblioteca está muito ligada ao processo de aprendizagem, em especial, há o incentivo à utilização de bibliotecas em educação a distância e educação do campo como apoio pedagógico. A sociedade tem uma ideia muito equivocada de que a biblioteca escolar é um amontoado de livros desatualizados e que com a internet e os mecanismos de buscas on-line, a biblioteca será o último recurso que os estudantes procurarão para sanar as suas dúvidas, de acordo com a entrevista que a professora de Biblioteconomia da UnB, Kelley Gasque, cedeu à TV Senado<sup>5</sup>. Nesse sentido, no Brasil não há conscientização das pessoas sobre a importância e os serviços oferecidos pela biblioteca escolar e como consequência, é pouco valorizada, principalmente, se comparada às bibliotecas de outros países, por exemplo, as da Finlândia, onde a educação é diferenciada e o suporte é dado pelas bibliotecas finlandesas (CIDADANIA..., 2014).

As formas sugeridas pela professora de mudar essa realidade é começar a conscientização pelos pais e responsáveis dos estudantes, em que eles exijam que a instituição possua uma biblioteca e que os cidadãos cobrem investimentos das autoridades responsáveis para as bibliotecas (CIDADANIA..., 2014). No quesito do processo de ensino-aprendizagem, falta muito a participação dos professores por não saberem como ou por simplesmente não

---

<sup>5</sup> A TV Senado é uma emissora legislativa e “transmite, diariamente, as atividades do Senado Federal” a nível nacional (QUEM..., [201-]).

fazerem uso dos recursos bibliográficos, de acordo com Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013). O profissional da informação também deve repensar o papel como educador dentro do seu ambiente a fim de ser um agente motivador para os estudantes no conhecimento dos livros, auxiliar em pesquisas, incentivo à leitura. A partir disso, a biblioteca pode ser usada com a finalidade de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e instrumento de apoio didático e tem um papel fundamental em apoiar os professores em ações pedagógicas (FONTES; GALVÃO; SANTIAGO, 2018; GERALDO; PINTO, 2019).

Na percepção de Neves (2011), as bibliotecas escolares receberam menos atenção do que as universitárias e as especializadas, pelas autoridades governamentais. Como consequência disso, o quadro de pessoal de algumas escolas não conta com graduados ou técnicos em biblioteconomia – sustentado pela Lei nº 12.244/2010, com o intuito de fazer a mediação entre os estudantes. No lugar do profissional adequado, observa-se que há professores em desvio de função, sem capacitação adequada, o que não garante a qualidade da biblioteca escolar e, com isso, a escassa bibliografia para auxiliar os estudantes (NEVES, 2011). Isso impossibilita justamente o diálogo entre a comunidade escolar e os bibliotecários e o acervo não conta com os materiais adequados nem recursos educacionais, com a finalidade da biblioteca escolar auxiliar no processo de aprendizagem.

Andrade (2012a, p. 14-15) afirma que a influência das bibliotecas escolares não é muito evidente nos resultados dos estudos escolares no Brasil, no entanto é perceptível na análise do Ministério da Educação (MEC), por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que a biblioteca “é um dos fatores que contribui para o bom desempenho dos alunos, desde que seu acervo apresente bom estado de conservação e que ela conte com equipamentos”.

Na edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014, “250 pessoas dos cerca de 6,2 milhões de participantes [...] obtiveram nota máxima, ou seja, 1.000 pontos, na prova de redação” e “529.374 inscritos tiveram nota zero na redação” (ENEM..., 2015). A partir disso, o estudo de Gasque e Silvestre (2017) analisou a colaboração da biblioteca escolar nas escolas que conseguiram notas altas no Enem de 2013 e os seus respectivos projetos de leitura. Gasque e Silvestre (2017, p. 80) defendem que “as bibliotecas escolares, atuantes como Centro de Recursos de Aprendizagem podem, com a mediação dos bibliotecários, desenvolver projetos de incentivo à leitura”. O quadro 2, de autoria de Gasque (2013), e citado no trabalho de Gasque e Silvestre (2017), explicita os paradigmas da biblioteca escolar tradicional e do Centro de Recursos de Aprendizagem.

Quadro 2 – Paradigmas da biblioteca escolar

Biblioteca escolar tradicional - BE	Centro de Recursos de Aprendizagem – CRA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paradigma da preservação.</li> <li>• Foco no acesso à informação.</li> <li>• Centrado na transmissão de conhecimento.</li> <li>• Armazenamento de livros.</li> <li>• Animação da leitura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paradigma da integração pedagógica.</li> <li>• Espaços multiusos.</li> <li>• Favorecimento da socialização.</li> <li>• Centrado no letramento informacional.</li> <li>• Acesso aos diferentes pontos de vistas dos conteúdos.</li> <li>• Instrumento de desenvolvimento do currículo.</li> <li>• Fomento à leitura e à pesquisa científica.</li> <li>• Caráter pedagógico e cultural.</li> <li>• Apoio à formação continuada.</li> <li>• Estrutura adequada, layout funcional.</li> <li>• Uso de TIC's.</li> </ul>

Fonte: Gasque (2013).

Para a biblioteca escolar ser um Centro de Recursos de Aprendizagem é necessário que a biblioteca esteja integrada à política pedagógica da instituição (GASQUE; SILVESTRE, 2017). Um fato bastante corriqueiro, muito problemático para os bibliotecários que atuam em bibliotecas escolares, é a pesquisa escolar (ABREU, 2012b). Um painel feito na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostrou que os bibliotecários e professores estão descontentes com a forma como a pesquisa escolar é desenvolvida em sala de aula. Isto é, os estudantes não são orientados de forma clara e precisa para realizar a pesquisa escolar, diante disso, copiam as informações encontradas. Assim, os bibliotecários reclamam que “por não conhecerem antecipadamente os temas das pesquisas solicitadas, não têm condições de preparar-se adequadamente para atender aos alunos que vão em busca de informação – geralmente é uma classe inteira procurando um único assunto” (ABREU, 2012b, p. 25).

Isso resulta no despreparo dos estudantes, que ficam confusos ao chegar à biblioteca a fim de realizar tal pesquisa e a partir disso, não se mostram satisfeitos. Por mais que, atualmente, a internet também seja uma fonte de informação, além dos materiais impressos, a prática de copiar os trechos não se alterou (ABREU, 2012b). Uma vez que a internet se tornou um “meio

de estudo e entretenimento, principalmente para crianças e jovens”, as escolas começam a compreender que ela pode ser um recurso de aprendizagem e o resultado disso é a criação de laboratórios que facilitam o acesso à internet (CARVALHO, 2012, p. 35-36).

E a fim de complementar, como afirmam Gasque e Casarin (2016), muitas escolas estão adotando, em vez de livros físicos, conteúdos digitais para o uso em toda a instituição. Mesmo com o surgimento da internet, a biblioteca não deixa e não deixará de ser frequentada, segundo Caldeira (2012b), seja para os usuários realizarem pesquisas ou estudar. Entretanto, a disseminação eletrônica da informação estará presente para os indivíduos sem necessariamente precisarem estar localizados na biblioteca.

Para Durban Roca (2012), as bibliotecas escolares, no momento atual, não cuidam apenas de tornar acessível o contato dos usuários com as obras, mas promover a cultura em diversas realidades. Elas não devem ser consideradas em extinção, mas sim um organismo vivo na sociedade do século XXI. Entretanto, isso nem sempre é visto pelas administrações escolares. Por mais que existam bibliotecas escolares reconhecidas como referências, ainda assim há algumas questões, que não devem ser ignoradas.

Uma dessas questões é que apesar de possuírem projetos que estimulem a leitura, ainda são identificados problemas que acarretam descontentamento nas escolas e com isso, dificulta o seu avanço (DURBAN ROCA, 2012). A importância da biblioteca escolar de ser um meio de mostrar os valores humanos da sociedade é notório, porém, na percepção de Silva (2011), a teoria não condiz com a prática. Três causas para isso ocorrer são: 1) a falta de investimento por parte dos governantes e políticas públicas; 2) não há bibliotecas escolares suficientes, no âmbito municipal e estadual, por consequência, a falta de bibliotecário com o intuito de realizar o papel de mediador da informação, questão já levantada anteriormente; e 3) escassa tecnologia e espaço físico inadequado (ALMEIDA JUNIOR, 1997 apud SILVA, 2011; GASQUE; SILVESTRE, 2017). Sobre a questão das tecnologias e infraestrutura, Gasque e Silvestre (2017) acrescentam ainda, que o acesso às tecnologias da informação e comunicação e serviços diferem das implantadas nos colégios particulares e públicos. Os colégios particulares, em geral, possuem tecnologia de última geração e mais investimentos em infraestrutura do que as de colégios públicos.

Outra questão, acerca de o afastamento dos discentes das bibliotecas, levantada por Oliveira et al. (2016), é o fato de o bibliotecário ser responsável apenas por atividades técnicas, em detrimento das habilidades pedagógicas. Para que ocorram as atividades pedagógicas, é necessário que as bibliotecas tenham o mínimo de estrutura para trabalhar: espaço, acervo organizado e atualizado. A partir disso, o próximo tópico aborda questões relacionadas à

formação e ao desenvolvimento de coleções, pois o acervo é um dos passos para a biblioteca conseguir dar suporte às habilidades pedagógicas e ser um Centro de Recurso de Aprendizagem.

## **4.2 Seleção de acervo**

Esta seção aborda o conceito de seleção de acervo, o processo de desenvolvimento de coleções (que faz parte a política de desenvolvimento de coleções, o estudo de comunidade, a aquisição, o desbastamento e a avaliação do acervo); critérios de seleção de acervo; a coleção da biblioteca escolar, de acordo com a literatura e a censura, com os seus tipos, como a autocensura; censura legal ou governamental; censura por pressão individual ou de grupo; censura jurídica; censura administrativa; censura econômica; censura cerceativa e censura ideológica.

### **4.2.1 Conceito**

Antes de abordar a respeito de censura, é necessário questionar o significado da seleção de acervo. Esta seção trata da seleção de acervo, que abrange as questões: a política de desenvolvimento de coleções; estudo de comunidade; aquisição; desbaste e avaliação do acervo. Antigamente, a seleção era vista como uma arte, a qual carecia de capacidade e aptidão especiais, porém, com o passar do tempo, essa visão foi substituída pela ideia de ser uma técnica especializada e intelectual, realizada por meio de conhecimento e experiência. Essa percepção possibilitou que a seleção tivesse um aspecto pragmático ou científico. Por mais que as instituições tenham recursos suficientes, a atividade de seleção, com todos os seus critérios, não pode ser deixada de lado. Por consequência, se isso acontecer, a biblioteca pode adquirir materiais inadequados e aleatórios, que não sejam de interesse da biblioteca e da comunidade (VERGUEIRO, 1989).

Para Geraldo e Pinto (2019), a seleção é a inclusão de materiais no acervo, de acordo com as necessidades dos usuários e da comunidade. Esta necessidade faz parte do primeiro critério para a seleção, ou seja, é necessário pensar a respeito da comunidade a ser atendida pela biblioteca, independentemente se o bibliotecário for selecionar pela demanda ou pela qualidade do material. A seleção, propriamente dita, não é uma atividade exercida isoladamente, sem objetivos e nas bibliotecas escolares esse fato mostra-se presente ao atender os objetivos da escola, o aspecto pedagógico do material (manuais, materiais didáticos, material de apoio) (VERGUEIRO, 1989).

Além do mais, a formação da biblioteca começa pela seleção do acervo e é nesta fase que deve ser pensado acerca da incorporação de itens de qualidade, juntamente com os recursos financeiros da instituição (GERALDO; PINTO, 2019). Consoante com Vergueiro (1989), independente do tipo de biblioteca, a seleção ocorre em duas etapas. A primeira refere-se à confecção de uma lista de itens de interesse, a partir de sugestões dos usuários. A participação do usuário é identificar as obras, por meio dos instrumentos auxiliares de seleção<sup>6</sup>. A segunda etapa consiste na avaliação da lista criada, se é pertinente ou não para incorporar ao acervo (VERGUEIRO, 1989). Vergueiro (2010) complementa que a seleção, também, é considerada um momento de decisão para avaliação de qualquer material a ser incorporado ao acervo, sejam livros, periódicos, filmes ou discos, ou quaisquer materiais que contribuam para o objetivo da biblioteca.

O bibliotecário é peça fundamental no processo pela experiência com as obras e o conhecimento sobre as necessidades dos usuários. No caso das bibliotecas escolares, a decisão do profissional no momento da seleção impacta diretamente no acervo e, indiretamente, na vida dos estudantes, os quais podem tornar-se leitores. Por esse motivo, essa atividade requer muito do bibliotecário responsável (TAVARES, 2015).

Durante o processo de seleção, de acordo com Tavares (2015), há uma filtragem dos materiais, independentemente do suporte informacional, com o intuito de garantir que itens confiáveis se incorporem ao acervo da biblioteca. Vergueiro (2010) aborda também sobre cinco aspectos que influenciam a seleção: 1) o assunto; 2) o usuário; 3) o documento; 4) o preço; e 5) questões relacionadas à possibilidade do material ser alvo de vandalismo, furtos, mutilações ou contestação por parte de usuários e assuntos polêmicos.

Vieira (2014, p. 58) acrescenta ainda os materiais raros e de qualidade duvidosa em “aspectos que devem ser levados em consideração antes de serem adquiridos”. O processo de seleção deve seguir critérios que auxiliem o profissional a selecionar os materiais de forma adequada para o acervo. Um dos critérios é se atentar ao perfil da biblioteca, todavia o bibliotecário não pode prender-se exclusivamente a esse critério.

Assim sendo, é necessário um planejamento com a finalidade de alcançar bons resultados no tocante ao crescimento qualitativo e quantitativo do acervo. A política de seleção precisa conter a justificativa do material a ser incorporado no acervo, os objetivos e as metas da instituição, em que a biblioteca está inserida. Além do bibliotecário atrelar a política de

---

<sup>6</sup> Tais instrumentos são abordados na próxima seção, em um quadro comparativo.



seleção com o estudo da comunidade<sup>7</sup>, pois é nesta etapa que o profissional conhece os seus clientes (TAVARES, 2015). A primeira etapa, no processo seletivo, para Vieira (2014), é a elaboração da lista *desiderata*, a qual é uma lista com os materiais almejados. Nessa lista pode constar os títulos que não estão na biblioteca, chamada de demanda reprimida, ou pela lista de sugestão, em que os usuários pedem os itens para compor o acervo.

#### 4.2.2 Processo de desenvolvimento de coleções

O processo de desenvolvimento de coleções, segundo Vergueiro (1989) e Geraldo e Pinto (2019), requer planejamento de acervo e, como característica, é ininterrupto; não tem começo nem fim e cada biblioteca tem o próprio planejamento, de acordo com a comunidade, os objetivos e a missão. Tal processo visa também “atender necessidades culturais, informacionais, educativas e de lazer” (GERALDO; PINTO, 2019, p. [1]). Com o intuito de exemplificar, Vergueiro (1989) aborda as especificidades de cada biblioteca, como a coleção das bibliotecas escolares, que para ele, segue o sistema educacional em vigor, com destaque aos materiais de fins didáticos. Nesse sentido, o desbastamento segue a mesma linha de raciocínio, observando as mudanças nos currículos.

Ainda segundo Vergueiro (1989), a influência de indústrias livreira e fonográfica pode controlar o que de fato entrará ou não na biblioteca. E, com isso, o bibliotecário deve estar atento para não atender apenas as necessidades dessas indústrias. A biblioteca em si não é detentora de toda a informação, apesar de, tradicionalmente, antes da explosão bibliográfica, haver o desejo de as bibliotecas possuírem o máximo possível de informação. No entanto, a partir de então, as produções aumentaram e dificultaram para as bibliotecas acumularem a informação produzida sem nenhum critério. Assim, torna-se impossível possuir uma coleção completa e autossuficiente (VERGUEIRO, 1989; MIRANDA, 2007).

Dessa forma, a biblioteca pode compartilhar suas obras com outras. Para tanto, precisa-se de uma política para desenvolvimento de coleções. A formação e o desenvolvimento de coleções é um guia escrito que serve para a tomada de decisão, alocação de recursos e “possibilita tornar público o relacionamento entre a coleção e os objetivos da biblioteca”, com o intuito do crescimento do acervo (GERALDO; PINTO, 2019, p. [3]; MIRANDA, 2007).

---

<sup>7</sup> Esta etapa é abordada nos tópicos seguintes.

Além disso, o desenvolvimento do acervo é fundamental para o planejamento da biblioteca, na visão de Tavares (2015). No processo de desenvolvimento de coleções, o profissional da unidade de informação precisa estar atento a três itens:

- a) Estado atual da coleção – é necessário conhecer o acervo atual, de forma geral e, quando necessário, consultá-lo de forma específica, tendo em mente todos os tipos de suportes e informação disponíveis e sua situação de conservação;
- b) Comunidade a ser servida – qual é o público alvo da Unidade de Informação, seus usuários reais e potenciais, e seus interesses;
- c) Outros recursos disponíveis, localmente e através de intercâmbio – se a Unidade de Informação conta com serviços de empréstimo entre bibliotecas, comutação bibliográfica, recursos online (VERONEZE; AMARAL, 2013, p. [5]).

O processo de desenvolvimento de coleções aborda desde a seleção até a avaliação de coleções, segundo Tavares (2015). Portanto, cada etapa será tratada nos tópicos a seguir.

#### **4.2.3 Política de desenvolvimento de coleções**

As razões para criar uma política de desenvolvimento de coleções podem variar entre razões econômicas; orientação do trabalho do bibliotecário referente à coleção e a função pedagógica do próprio bibliotecário. A política funciona para dar suporte às decisões do bibliotecário ao selecionar determinada obra, com o propósito de incorporar ao acervo. Além disso, o documento corrobora a argumentação do bibliotecário para com autoridades superiores a ele, quando o assunto for novas aquisições e recusa de obras (VERGUEIRO, 1989).

O documento da política de desenvolvimento de coleções deve constituir de: estado atual da coleção; comunidade; recursos disponíveis; materiais que farão ou não parte da coleção; quando e por qual meio os materiais podem ser incorporados ao acervo – doação, aquisição ou permuta. Além disso, o documento também deve conter a política de seleção, política de desbastamento, métodos para a avaliação da coleção e o responsável pela tomada de decisões (VERGUEIRO, 1989).

Miranda (2007) acrescenta que na política é recomendado conter as áreas do conhecimento de maior interesse e as necessidades informacionais dos usuários. Quando a biblioteca não adota uma política de desenvolvimento, ela está sujeita a não possuir acervo adequado quanto à atualidade e estado físico da obra. Consequentemente, a falta da política impede “de servir com sua função primordial de auxílio na aquisição e formação do conhecimento” (VERONEZE; AMARAL, 2013, p. [3]).

#### 4.2.4 Estudo de comunidade

Para cada tipo de biblioteca, a comunidade é distinta. No caso da biblioteca escolar, objeto de estudo deste trabalho, a comunidade é composta por estudantes matriculados na escola e os professores (VERGUEIRO, 1989). Gasque (2013) acrescenta que os funcionários do colégio e os pais também são integrantes da comunidade escolar. Cabe ao profissional da informação atentar-se para as necessidades da comunidade e atendê-las por meio dos serviços oferecidos na biblioteca (VERGUEIRO, 1989). Além de identificar e conhecer quais são essas necessidades dos usuários, em conformidade, com Veroneze e Amaral (2013). Cabe ressaltar que a análise da comunidade não, necessariamente, é realizada pelo bibliotecário, como aponta Vergueiro (1989).

Alguns órgãos podem ser úteis ao profissional da informação, com o intuito de delimitar as características da comunidade, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as Federações da Indústria e do Comércio, as secretarias e ministérios de Estado. Isso porque o bibliotecário precisa de dados históricos; demográficos; geográficos; educativos; socioeconômicos; transporte; culturais e informacionais; políticos e legais. Com esses dados, é possível ao profissional fazer a entrevista, elaborar o questionário, e a partir disso, determinar as necessidades informacionais daquela comunidade (VERGUEIRO, 1989). Com os resultados quantitativos e qualitativos da população, os serviços da biblioteca, como referência, desenvolvimento de coleções podem atender melhor a comunidade. Nesse sentido, a biblioteca precisa “ter um vínculo estreito com a comunidade à qual se pretende que sirvam” (VERGUEIRO, 1989, p. 36).

#### 4.2.5 Aquisição

A aquisição é uma etapa mais administrativa e está, intrinsecamente, ligada à etapa de seleção dos materiais, por isso não tem ligação, diretamente, com a comunidade da biblioteca. (VERGUEIRO, 1989; TAVARES, 2015). É uma atividade administrativa, porque “o papel da aquisição, no processo, constitui-se em localizar e, posteriormente, assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção, como de interesse.” (VERGUEIRO, 1989, p. 63).

O trabalho do profissional nesta etapa é adquirir o material selecionado com o menor custo, mais rapidamente, com o intuito de tornar o acesso ao documento mais célere

também. Na visão de Vieira (2014), o bibliotecário necessita levar em conta o custo antes da compra do produto e analisar o custo-benefício. As tarefas consideradas básicas por Vergueiro (1989) na aquisição são: conseguir informações acerca dos materiais desejados pela biblioteca; verificar se o item já consta no acervo; consultar os instrumentos auxiliares; efetuar o processo de compra das obras; verificar qual o fornecedor mais adequado; manter e controlar os arquivos necessários; administrar os recursos disponíveis para a aquisição. A aquisição pode ser realizada por quatro modalidades: compra, doação, processo licitatório e permuta (VERGUEIRO, 1989; MIRANDA, 2007; TAVARES, 2015; VERONEZE; AMARAL, 2013; VIEIRA, 2014).

Com base nisso, Tavares (2015, p. [8-9]) defende que é imprescindível que a biblioteca determine regras para a aquisição de itens, com o intuito de “aprimorar a prestação de serviços aos seus usuários na formação da coleção, dentro dos limites da instituição mantenedora” e contenha a “identificação dos responsáveis pela aquisição com conhecimentos específicos da área, para que a escolha dos materiais seja realizada com qualidade e eficiência”.

#### **4.2.6 Desbastamento**

O desbastamento abrange a seleção negativa do acervo, conforme Veroneze e Amaral (2013) apontam. As coleções necessitam do desbastamento, a fim de se desenvolver e conservar a qualidade do acervo (VERGUEIRO, 1989; MIRANDA, 2007). Não necessariamente o desbastamento é o descarte – a retirada definitiva – de materiais, este é um dos itens que está incluso no processo de desbaste (VERGUEIRO, 1989; VERONEZE; AMARAL, 2013). Além do descarte, a conservação e o remanejamento também estão presentes neste processo.

Na decisão final da análise do item, deve-se levar em conta se o material selecionado anteriormente atende as necessidades informacionais dos usuários, caso contrário, é realizado o descarte ou reparações físicas, no caso da conservação; ou por fim, verificar a necessidade de efetuar o deslocamento do material para outro local, com o propósito de ser melhor acomodado e ocupar menor espaço, este é o caso do remanejamento (VERGUEIRO, 1989).

Esse processo deve ser realizado pela comissão, conforme as necessidades e os critérios da biblioteca e rotineiras, segundo Miranda (2007), Veroneze e Amaral (2013). Nas atividades de desbaste, principalmente, nas de descarte, o profissional da informação censura o material, isto é, priva o cliente de ter acesso àquele material, que, eventualmente, pode ser que ele precise com o intuito de realizar uma pesquisa. Com a finalidade da unidade de informação alcançar “plenitude de seu desenvolvimento necessita de constante avaliação e desbaste” e a “política de

desbaste [...] é o instrumento formal que visa guiar as ações no sentido de desbaste na Unidade Informacional” (VERONEZE; AMARAL, 2013, p. [6]).

#### **4.2.7 Avaliação do acervo**

Para Veroneze e Amaral (2013, p. [4]), a avaliação consiste de “base para todo o processo, de forma a propiciar aos envolvidos a análise do resultado de suas tarefas, sendo possível medir e comparar para por fim decidir mudar, continuar ou parar determinada atividade”. Vergueiro (1989) comenta que esta etapa não é muito executada nas bibliotecas por fatores como a falta de tempo, conhecimento de técnicas e métodos. Contudo, é uma atividade muito importante, pois pode afetar o desenvolvimento da coleção e permite criar critérios para a aquisição e descarte (VERGUEIRO, 1989; MIRANDA, 2007).

Uma alternativa para mudar esse cenário, de acordo com a sugestão deste autor, é que a biblioteca implemente a avaliação do acervo no momento, em que ocorre o inventário e, também, na coleta de dados estatísticos da movimentação da biblioteca, tais como os dados de número de usuários, leitores, empréstimo, circulação, devolução, entre outros.

As motivações para a avaliação do acervo não necessariamente resultam no descarte de materiais bibliográficos, mas serve para “diagnosticar se o desenvolvimento da coleção está ocorrendo da forma prevista ou não”, isto é, se os processos anteriores a ela estão em sintonia e se corresponde ao interesse da comunidade (VERGUEIRO, 1989, p. 83; TAVARES, 2015). E se não for prevista, a biblioteca pode executar as devidas alterações.

Com a consciência da avaliação do acervo, o bibliotecário começa a pensar sobre quais as metodologias aplicadas na avaliação. As metodologias que Vergueiro (1989) e Miranda (2007) propõem são: a qualitativa, a quantitativa e os fatores de uso. A qualitativa centra-se na qualidade do acervo e resume-se em checagem de lista, utilizada como parâmetro (lista básica de assunto, catálogos, bibliografia); verificação dos itens possuídos na biblioteca; e elaboração de relatório final.

Já na quantitativa, verifica-se muitos dados estatísticos, relacionados ao crescimento da coleção. Porém, ao analisar os dados, isoladamente, não pode inferir sobre a qualidade da coleção. Os fatores de uso são relativos ao uso pela comunidade. Os dados são encontrados a partir de empréstimo domiciliar, uso interno entre bibliotecas e são, estritamente, ligados à comunidade atendida e ao acervo (toda a coleção ou amostragens). Miranda (2007) defende três critérios presentes na avaliação do acervo. O primeiro deles é a “distribuição percentual do acervo por área”; o segundo é “a análise das estatísticas de uso do material consistirá na

determinação dos títulos que requerem mais exemplares e daquele cuja duplicação é desnecessária”; e o terceiro é a sugestão dos usuários (MIRANDA, 2007, p. 15).

### **4.3 Critérios de seleção**

Para selecionar os documentos que serão incorporados à biblioteca, Côrte e Bandeira (2011) e Vergueiro (1989) instruem que seja feita uma comissão de seleção. As autoras ainda citam as pessoas que farão parte da comissão, entre elas podem estar presentes os professores, orientadores educacionais e o responsável pela biblioteca da escola. Dessa maneira, as decisões tomadas serão mais coerentes e não tomadas por interesse individual.

As sugestões de obras e os serviços elaborados pelos próprios estudantes são analisados nessa comissão e se pertinentes e cabíveis, são acolhidas pela instituição (CÔRTE; BANDEIRA, 2011). Para isso, é necessário que o bibliotecário se atualize sobre os temas das obras, que podem ser adquiridos pela biblioteca e observar alguns critérios que devem ser levados em conta ao tomar essa decisão (CÔRTE; BANDEIRA, 2011). Alguns dos critérios são verificação da qualificação do autor, confiabilidade do editor, a compatibilidade com a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, precisão das informações incluídas nos documentos, o aspecto físico e a preferência à última edição da obra.

Por outro lado, Vergueiro (1989) pontua que não possui critérios universalmente aceitos para guiar a prática de seleção, pois é uma tarefa individual, subjetiva e o profissional deve considerar os usuários atendidos. Entretanto, anos mais tarde, o autor dedicou um capítulo de seu livro, especialmente, para critérios de seleção, os quais consistem em três abordagens principais, que relacionam vários itens em cada abordagem e visa abordar o conteúdo dos documentos, a adequação ao usuário e os aspectos adicionais do documento.

A primeira abordagem visa buscar a qualidade da obra, por meio da autoridade, qualificação do editor; precisão do documento, referente à exatidão e veracidade das informações contidas no item; imparcialidade no que concerne a inexistência de preconceitos, favoritismos do assunto em que o documento trata; atualidade, se na biblioteca é essencial conter assuntos atuais; e cobertura/tratamento do assunto, o bibliotecário deve distinguir se o documento aborda superficial ou suficientemente o assunto. A segunda, refere-se à conveniência, ligado à cobertura/tratamento; entendimento do vocabulário pelo usuário; idioma, no que concerne à acessibilidade do idioma para o usuário; relevância/interesse, interesse do documento para o usuário; e estilo, que o profissional deve pensar se é adequado ao público-alvo (VERGUEIRO, 2010).

Vieira (2014) também aborda os mesmos critérios de Vergueiro (2010) e alguns de Côrte e Bandeira (2011), como o aspecto físico da obra. O autor acrescenta ainda um critério que não foi abordado: a contribuição informacional, “que leva em consideração o excesso de informações repetidas numa coleção. Se houver obras que supram determinada necessidade informacional, adquirir um novo material com as mesmas informações torna-se desnecessário”. Os itens relativos aos aspectos adicionais do documento, consistem em verificar as características físicas do documento, como caracteres tipográficos, legibilidade, tamanho apropriado; o segundo item dessa abordagem é sobre os aspectos especiais, tais como, a bibliografia; o terceiro, refere-se à contribuição especial, se o documento será incorporado em um acervo específico; e o último é acerca do custo, procurar edições mais em conta e custos com processo técnico e segurança (VIEIRA, 2014, p. 60).

Mesmo com todos esses critérios propostos na literatura, é importante salientar que tudo depende dos usuários, objetivos da biblioteca, visto que as bibliotecas são diferentes entre si (VERGUEIRO, 2010; MIRANDA, 2007). Miranda (2007) acrescenta ainda, como critérios, a escassez de material na biblioteca, a qualidade técnica e o número de usuários que poderão utilizar o material. Geraldo e Pinto (2019, p. [2-3]) defendem que a realização dos critérios de desenvolvimento de coleções permite “que o acervo cresça com consistência, com qualidade no atendimento de necessidades informacionais de sua comunidade de usuários e estabeleça diretrizes a serem seguidas em todos os processos”. Os materiais de consulta, indicados por Côrte e Bandeira (2011) e Vergueiro (1989) para auxiliar nessa tarefa são abordados no quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Instrumentos auxiliares à seleção, de acordo com cada autor

<b>Instrumentos auxiliares</b>	<b>Vergueiro</b>	<b>Côrte e Bandeira</b>
<b>Catálogo de editoras e livrarias</b>	X	X
<b>Resenhas</b>	X	X
<b>Sugestões dos usuários</b>		X
<b>Estatísticas da utilização do acervo</b>		X
<b>Consulta de bases de dados</b>		X
<b>Bibliografias e listas de livros recomendados</b>	X	
<b>Diretórios de periódicos</b>	X	
<b>Literatura especializada de cada assunto</b>	X	

Fonte: elaborado pela autora.

Pelo quadro acima, é possível inferir que por se tratar de uma obra mais antiga, Vergueiro (1989) não aborda como instrumento de busca a consulta à bases de dados. Em compensação, Côrte e Bandeira (2011) levantam a questão. O que diferencia entre as duas obras são as sugestões dos usuários, estatísticas de utilização do acervo e a consulta na base de dados. Uma hipótese provável para explicar isso, deve-se ao fato de as obras terem mais de vinte anos entre elas. Isto é, são obras de tempos diferentes, talvez o que estava em auge na época de Vergueiro (1989) não era o mesmo que estava na época de Côrte e Bandeira (2011).

Em relação aos instrumentos auxiliares, Vergueiro (2010) mantém aqueles apresentados na obra anterior e acrescenta, para as bibliotecas escolares, as revistas de circulação geral, como *Veja, Isto é*. A comissão de seleção deve estar atenta ao que a Lei nº 12.244/2010 cita, que é obrigação da biblioteca possuir no seu acervo, no mínimo, um título para cada estudante da escola, mas considerando “os interesses da escola, a necessidade dos alunos, o currículo escolar e o projeto pedagógico” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 62).

Ao adquirir os recursos da biblioteca e desenvolver a coleção, geralmente, é fundamental “respeitar o posicionamento de pais, professores e administradores da escola, no que concerne aos conteúdos e formas de abordagem usados por eles nos documentos a serem incorporados à coleção. Isso se aplica a qualquer tipo de recurso, inclusive aqueles disponíveis na Web”, os quais podem ser filtrados pela própria instituição (GASQUE; CASARIN, 2016, p. 43). A partir disso, a literatura cita alguns materiais que podem ser adquiridos para a biblioteca escolar, que é abordado no seguinte tópico.

#### **4.3.1 Coleção da biblioteca escolar**

Ainda que o mercado editorial tenha muito a oferecer em relação aos materiais bibliográficos, não basta forçar os estudantes a lerem a qualquer custo, por isso, Côrte e Bandeira (2011) orientam sobre os tipos de documentos que podem conter no acervo de uma biblioteca escolar – respeitando os critérios de seleção citados no item anterior. Alguns exemplos desses tipos de documentos são: periódicos, livros (livros-texto, didáticos e literários) e materiais audiovisuais que representem as matérias ministradas na escola; anuários estatísticos do IBGE; folhetos; e hemeroteca.

Nos PCNs, também, são abordados alguns materiais que devem compor o acervo da biblioteca escolar, como:



livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revista de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo [...] coletâneas de contos, trava-línguas, piadas, brincadeira e jogos infantis, livros de narrativas ficcionais, dossiês sobre assuntos específicos, diários de viagens (BRASIL, 1997, p. 61).

Além desses, materiais produzidos pelos próprios alunos, também, podem ser incorporados ao acervo (BRASIL, 1997). A diversidade de materiais que precisam ser incorporados ao acervo se deve ao fato de os estudantes terem contato com diversos gêneros, principalmente, nas aulas de língua portuguesa (ABREU, 2012a). Assim como cita Abreu (2012a), o acervo da biblioteca não deve ser constituído de forma aleatória, é preciso que considere a política pedagógica da escola e o seu contexto, além de oferecer materiais de cada área proposta, inicialmente, pelo projeto curricular, cada instituição deverá adotar os materiais de acordo com as suas características e peculiaridades. A qualidade da coleção da biblioteca, ter um acervo rico e atualizado, depende muito da parceria entre os bibliotecários e os professores, como também coincidir a política de desenvolvimento de acervo com a proposta pedagógica da escola (ABREU, 2012a; CÔRTE; BANDEIRA, 2011).

A partir de conteúdos recomendados pelo Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998; ANDRADE, 2012b) como os de Artes, com a música, artes visuais e dança; linguagens, na parte oral, escrita; Matemática, com as noções de contas; História, Ciências e Geografia, com conteúdos relacionados à natureza e sociedade, demandam materiais que podem ser incorporados ao acervo da biblioteca, fazendo com que os alunos de educação infantil se beneficiem da biblioteca.

Nas novas diretrizes, não é feita essa mesma recomendação, entretanto cita as atividades que podem ser realizadas por intermédio da biblioteca, como a leitura de livros da biblioteca pelos estudantes e compartilhá-la com os demais estudantes. O uso do espaço da biblioteca escolar juntamente com outros, tais como pátio, parques, museus, arquivos também é incentivado com o intuito de “valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares [...] por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis” (BASE..., [2018?], p. 355).

Côrte e Bandeira (2011) sugerem outros assuntos com o intuito de constituir o acervo da biblioteca, como cultura brasileira; cidadania; contos populares e folclóricos; temas da atualidade; e textos teóricos e informativos de apoio aos professores. Assim como o material impresso deve ser selecionado para compor o acervo da biblioteca, o material em formato digital também, visto que o material digital está cada vez mais presente na vida dos estudantes

e são usados para diversas finalidades (GASQUE; CASARIN, 2016). Ao selecioná-los, esses materiais devem responder “às necessidades informacionais de todas as áreas curriculares”, por meio de depósitos ou repositórios digitais, *e-books* e livros digitais, além dos kit multimídia, DVD's, audiobooks e *streaming* de vídeos (DURBAN ROCA, 2012, p. 60; CÔRTE; BANDEIRA, 2011; GASQUE; CASARIN, 2016).

Com o objetivo de realizar a missão da biblioteca escolar, é imprescindível ter acervo atualizado e bem selecionado. A biblioteca escolar precisa conter todo tipo de suporte de informação, ser um ambiente acolhedor e adequado, como também possuir um responsável que seja o mediador entre o usuário da biblioteca e a informação, bem como participar da seleção do acervo (CÔRTE; BANDEIRA, 2011).

#### 4.5 Censura

De acordo com Vergueiro (1987, p. 22), “[o] termo censura vem do latim *censere*, que significa ‘ter acesso’”. O termo “censor”, na Roma antiga, era utilizado para os magistrados – chamados também de censores romanos –, os quais levantavam dados sobre a população, suas propriedades e determinavam os direitos e deveres que cada classe social possuía. Por isso, os magistrados eram detentores de muitos poderes, entre eles: proibir aos cidadãos a presença em algumas funções públicas; investigar a vida dos indivíduos; e estar à frente de atividades políticas (VERGUEIRO, 1987).

Inicialmente, “a religião foi o primeiro objetivo da censura” desde os gregos até os livros considerados proibidos pela Igreja Católica, contudo esse não foi o único cenário decorrente da censura, segundo Vergueiro (1987, p. 22). Ela é exercida também em âmbitos políticos e morais – com a finalidade de resguardar a moral, o Estado e a religião –, a censura é tratada como ofensas, no sentido de traição, heresia e obscenidade, nos casos políticos, religiosos e morais, nessa ordem, entretanto, em alguns artigos, a censura é defendida como “controle de qualidade” dos materiais constituídos no acervo (VERGUEIRO, 1987; MORAES, 2006).

É importante ressaltar que o modo para não abalar o governo, a ordem social e a moral, é proibir a publicação e divulgação “de ideias, notícias, imagens e conceitos”; controlar as informações e os livros a fim de determinar se serão propagados ou não (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 76). Pereira (2010, p. 14) define censura como “ato de interdição, alteração ou supressão de expressão (fala, escrita ou representação artístico-intelectual), que é considerada ‘ofensiva’” para algum grupo interessado a não deixar, que outras pessoas tenham acesso àquela informação determinada.

No contexto literário, a censura é uma forma de fiscalizar a produção e disseminação de itens, assim como pontua Pereira (2010). Diante disso, as autoridades da igreja censuravam os livros para proteger os fiéis do que consideravam impróprio. No Brasil, a censura surgiu desde o período colonial e esteve presente em livros ou não, por questões mais voltadas para a política, inicialmente. Começou-se a censurar a imprensa, postais, teatro, cinema, rádio, atividades recreativas e esportivas; houve apreensões de livros nas livrarias pelo Tribunal de Segurança Nacional; queima de livros dos autores Lins do Rego, Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Graciliano Ramos, entre outros renomados. Durante a queda do governo de Getúlio Vargas, em 1945, e a Ditadura Militar, ocorrida em 1964, a censura deixou de ser apenas voltada para abordagens políticas e iniciou a abordagem focada na moral e nos bons costumes da população, com respeito à família e à religião, sem espaço para conteúdos pornográficos ou com vocabulários chulos (PEREIRA, 2010).

Na biblioteca, “a censura [...] chega efetivamente a ocorrer, pois também interessa aos poderosos do dia cercear o acesso às informações para a minoria pensante do país” (VERGUEIRO, 1989, p. 56). Vergueiro (1989) comenta sobre três tipos de censura em âmbitos bibliotecários, citados a seguir.

#### **4.5.1 Autocensura**

As pressões sociais e políticas estão muito ligadas a esse tipo de censura. Porém, além dessas, a questão intrínseca ao bibliotecário é bastante evidente, quando o próprio deseja evitar certas polêmicas no ambiente de trabalho ao se autocontrolar na seleção. Entretanto, quando o profissional percebe a sua ação, quando é consciente, deixa de ser autocensura e passa a ser censura praticada pelo profissional da informação, o qual restringe acesso ao material. É necessário que seja explícito que a rejeição a um material pode ser por questões do processo normal da seleção, por exemplo, o nível de interesse; a adequação de determinado tipo de material, considerando o tipo de biblioteca. Nesse caso, esses fatores não são apontados como censura. No caso de censura, o bibliotecário transparece os preconceitos pessoais, referentes a opiniões políticas, econômicas ou estéticas, por achar que é prejudicial ou nocivo tratar sobre determinado assunto na biblioteca. Segundo Vergueiro (1989, p. 60-61)

o censor procura razões fora do livro para garantir sua posterior rejeição, razões estas que enfocam as afiliações do autor, as cores de sua bandeira, seus hábitos pessoais; o selecionador, ao contrário, procura analisar apenas o conteúdo do livro e as contribuições que este possa porventura trazer à comunidade.

#### 4.5.2 Censura legal ou governamental

A censura legal ou governamental ocorre por parte de autoridades governamentais. Em países subdesenvolvidos, parece ser mais importante os governantes limitarem o acesso às informações, principalmente, as geradas por meios de comunicação (televisão e rádio) do que nas bibliotecas – mas que ainda acontece. Contudo, não apenas em países subdesenvolvidos a censura legal ou governamental já esteve presente. De forma fictícia, no filme *No despertar da tormenta*, no momento que a biblioteca foi incendiada, retrata uma época de “caça às bruxas” nos Estados Unidos

quando autoridades governamentais, sob o pretexto de defenderem-se da infiltração soviética no país, atentavam diretamente contra a liberdade individual de todos os membros da sociedade norte-americana, desrespeitando, inclusive, a própria constituição (VERGUEIRO, 1989, p. 86).

Uma alternativa que Vergueiro (1989, p. 86) aborda com o intuito de “lutar contra as atitudes arbitrárias das autoridades legalmente constituídas, nos vários níveis de governo”, é a categoria se organizar a fim de “dar suporte a seus membros, estabelecendo padrões de comportamento e normas de conduta para esses casos”. Pois, se a categoria profissional não se aliar, fica mais difícil o bibliotecário lutar sozinho contra as censuras (VERGUEIRO, 1989)

#### 4.5.3 Censura por pressão individual ou de grupo

Esta censura, pouco abordada na obra de Vergueiro (1989), é realizada por associações civis ou indivíduos, que evitam que os materiais inadequados, de acordo com o ponto de vista deles, propaguem-se ou circulem entre as pessoas da comunidade.

Em contrapartida, Pereira (2010) considera duas maneiras de praticar a censura, tradicionalmente. A primeira é a censura prévia ou *a priori*, em que o documento é examinado antes da publicação ou impressão, suscetível à sua aprovação ou não. A segunda refere-se à censura repressiva ou *posteriori*, que é a proibição da circulação ou destruição de obra publicada. No contexto atual, a censura sucede de retiradas de livros e proibição do acesso, na compreensão de Pierrat (2009 apud PEREIRA, 2010) e Žižek (2003) e há seis tipos dela: censura jurídica, administrativa, intimidativa, econômica, cerceativa e ideológica, explicadas a seguir:

- a) censura jurídica: os recursos judiciais são aplicados contra expressões de arte, incluindo livros, exposições, filmes, entre outras artes;
- b) censura administrativa: refere-se à censura de autoridades governamentais, por meio de atos, decretos, leis;
- c) censura intimidativa: pode ser tanto física (por editores, livreiros, autores, bibliotecários) quanto verbal (ao recriminar, não promover o funcionário) e é a mais grave;
- d) censura econômica: é praticada pelos estados sobre a imprensa e por grupos financeiros, que detém as editoras e não permitem a diversificação de ideias;
- e) censura cerceativa: impede o acesso, administrativamente, de obras consideradas perigosas, dificultando a aplicação das três primeiras leis de Ranganathan (2009);
- f) censura ideológica: origina-se na oposição do real social cotidiano ao criado ideologicamente, é a mesma que explica a censura “politicamente correta”.

Impedir o contato do usuário com certos materiais, “quando não por critérios estabelecidos pela Unidade de Informação”, também é considerado censura, segundo Veroneze e Amaral (2013, p. [5]). Os motivos para a censura ocorrer nos dias atuais são dos mais variados:

- a) obras contendo desde conteúdos racial/étnico, opinião política, linguagem, religião até violência, orientação sexual<sup>8</sup>, sexualidade e nudez;
- b) negação da realidade ou a instituição adotar o “politicamente correto”;
- c) proteção às crianças, pois na escola ocorre vários fatores, como pais e professores que falam negativamente sobre determinado livro sem conhecer verdadeiramente o seu conteúdo (PEREIRA, 2010).

A censura é indesejável, errada e autoritária, pois abolir as ideias pode gerar consequências ruins e desastrosas para o desenvolvimento intelectual. Diferentemente da censura, a liberdade intelectual relaciona-se ao fato de os usuários possuírem direito de ter acesso a todos os tipos de informação, em qualquer aspecto e sem restrição. Isso ainda pode refletir na própria prática bibliotecária, ao selecionar os materiais e ao desenvolver a coleção da biblioteca em questão, ou seja, o bibliotecário deve sentir-se livre para se expressar sem ter medo de represálias ou ameaças, as quais podem interferir no seu papel profissional

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto, a censura aumentou na visão de Cornog (1993 apud PEREIRA, 2010).

(VERGUEIRO, 1987, p. 22). Há nesse sentido a luta dos bibliotecários contra a censura, não tanto representada no Brasil, mas nos Estados Unidos com a *Library Bill of Rights* (Declaração de Direitos da Biblioteca)<sup>9</sup>, que consiste em itens que abordam a liberdade intelectual para os serviços das bibliotecas (VERGUEIRO, 1987, p. 23, 1989; LIBRARY..., c1996).

Cabe à biblioteca, na visão de Vergueiro (2010), garantir que todos os usuários tenham acesso às informações e a tarefa para os bibliotecários é lutar contra a censura da mesma forma que os norte-americanos.

## 5 METODOLOGIA

Metodologia, segundo Prodanov e Freitas (2013), refere-se ao estudo, compreensão e avaliação de vários métodos para realizar uma pesquisa acadêmica. De acordo com os autores, a metodologia é destinada a aplicar, examinar, descrever e avaliar “métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 14).

A metodologia utilizada neste estudo tem abordagem quantitativa, uma vez que “é a quantificação dos resultados provenientes da coleta de dados sob a forma de símbolos matemáticos e/ou estatísticos”, em que se usa tabulações de dados, na forma de gráficos ou tabelas (MARTINS JUNIOR, 2015, p. 136). Quanto ao tipo de pesquisa, o presente estudo consiste em uma abordagem do tipo descritiva. Segundo Cunha, Amaral e Dantas (2015, p. 158), tal pesquisa “é utilizada quando se deseja descrever um fenômeno”.

Para o instrumento de coleta de dados, aplicou-se questionário transmitido para os grupos de redes sociais (Facebook e Instagram), com o intuito de coletar dados referentes ao bibliotecário e à censura de livros. A população, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 98) é o universo da pesquisa que consiste na “totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo”. A população da pesquisa é composta por bibliotecários e bibliotecárias atuantes em bibliotecas escolares do Brasil, tanto particulares quanto públicas. O pré-teste dos questionários foi aplicado entre os dias 13 de julho e 14 de julho de 2020. Posteriormente, os questionários foram aplicados nos grupos de redes sociais de bibliotecários escolares, entre os dias 16 de julho e 27 de julho de 2020. Ao todo, 82 questionários foram respondidos, que consistem na amostra da pesquisa. A amostra é considerada “uma pequena parte dos elementos que compõem o universo” (PRODANOV;

---

<sup>9</sup> Contudo, a declaração pode servir para os trabalhos dos bibliotecários brasileiros (VERGUEIRO, 1989).

FREITAS, 2013, p. 97). Os dados foram tabulados em gráficos e apresentados na próxima seção.

## **6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

O questionário<sup>10</sup> é dividido em três blocos de questões com a finalidade de identificar o perfil demográfico dos bibliotecários, a percepção destes em relação aos critérios e políticas de seleção, e a relação entre a censura de materiais bibliográficos e a seleção do acervo. Esta seção apresenta os dados da pesquisa e a discussão dos resultados, em consonância com os objetivos da pesquisa.

### **6.1 Perfil do bibliotecário**

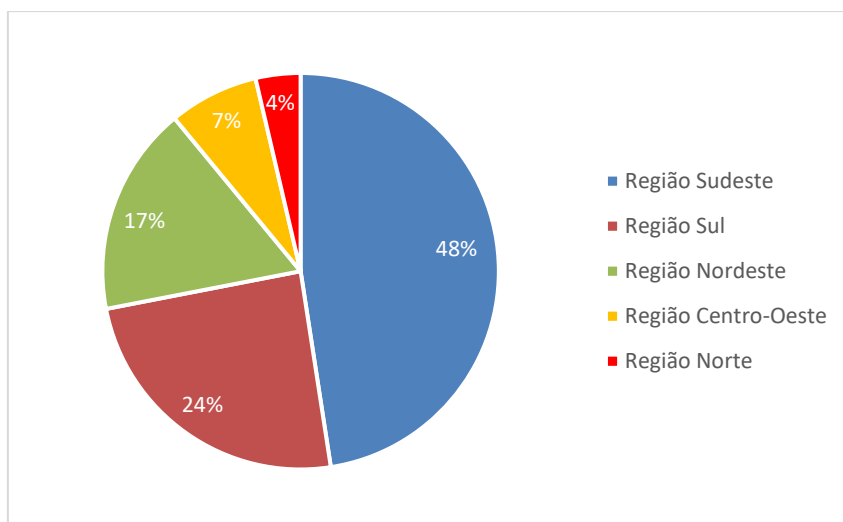
A primeira parte teve o intuito de identificar o perfil dos bibliotecários, a partir do levantamento da região em que o bibliotecário reside, faixa etária, tempo de experiência, público-alvo da biblioteca em que atua, tipo de escola em que trabalha e características. Na primeira pergunta, questionou-se a região de residência do participante.

Constatou-se que a maioria das pessoas que respondeu o questionário encontra-se na região Sudeste (39 bibliotecários, 48%); em segundo lugar na região Sul (20 bibliotecários, 24%); em terceiro lugar na região Nordeste (14 bibliotecários, 17%); em quarto, na região Centro-Oeste (6 bibliotecários, 7%) e, por último, na região Norte (3 bibliotecários, 4%), como consta no gráfico 1:

---

<sup>10</sup> Ver apêndice A.

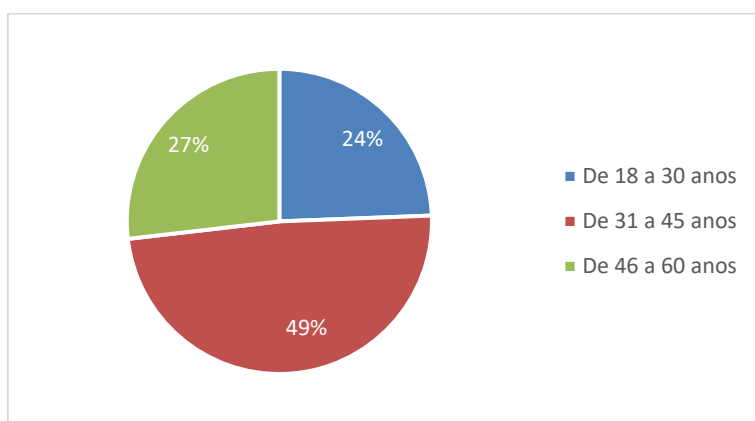
Gráfico 1 – Região em que o bibliotecário escolar reside



Fonte: elaboração da autora.

A segunda pergunta referiu-se à faixa etária do(a) bibliotecário(a) escolar, que foi dividida entre 18 a 30 anos, de 31 a 45 anos, de 46 a 60 anos e mais de 61 anos. A maioria (40 bibliotecários) respondeu que a faixa etária consistia entre 31 a 45 anos, o que constitui 48,8% dos respondentes; 26,8% (22 bibliotecários) responderam ter entre 46 a 60 anos e 24,4% (20 bibliotecários), entre 18 a 30 anos. Nenhuma pessoa respondeu ter mais de 61 anos, de acordo com o gráfico 2:

Gráfico 2 – Faixa etária do bibliotecário escolar

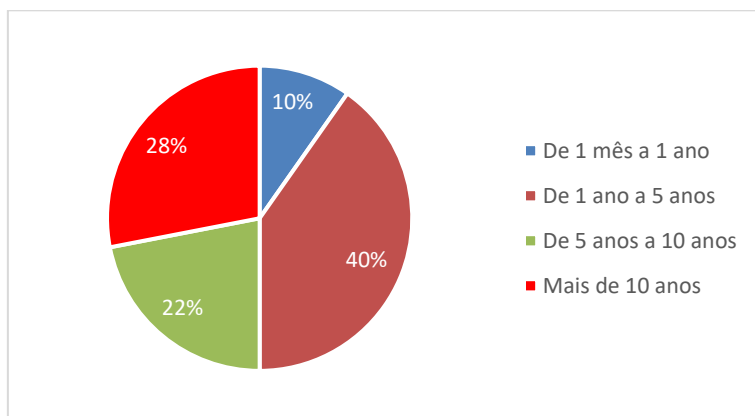


Fonte: elaboração da autora.

Na terceira pergunta, questionou-se o tempo de experiência do bibliotecário. Os 40% (33 bibliotecários) dos participantes que responderam o questionário têm experiência entre 1 a 5 anos; 28% (23 bibliotecários) têm mais de 10 anos; 22% (18 bibliotecários) têm entre 5 a 10 anos e 10% (8 bibliotecários) têm de 1 mês a 1 ano, de acordo com o gráfico 3:



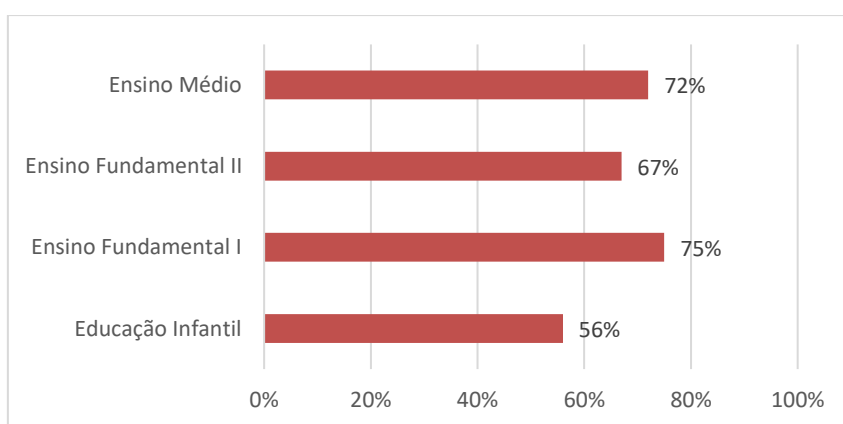
Gráfico 3 – Tempo de experiência do bibliotecário escolar



Fonte: elaboração da autora.

A quarta pergunta foi realizada a fim de explicitar qual é o público-alvo da biblioteca que o bibliotecário atua. O bibliotecário poderia responder mais de uma alternativa. Os dados mostram que 75,6% (62 bibliotecários) responderam que o público-alvo da biblioteca é o Ensino Fundamental I; 72% (59 bibliotecários) que é o Ensino Médio; 67,1% (55 bibliotecários) que é o Ensino Fundamental II e 56,1% (46 bibliotecários) de Educação Infantil. Isso mostra que a pesquisa englobou respostas de mais bibliotecários que atuam no Ensino Fundamental I e Ensino Médio.

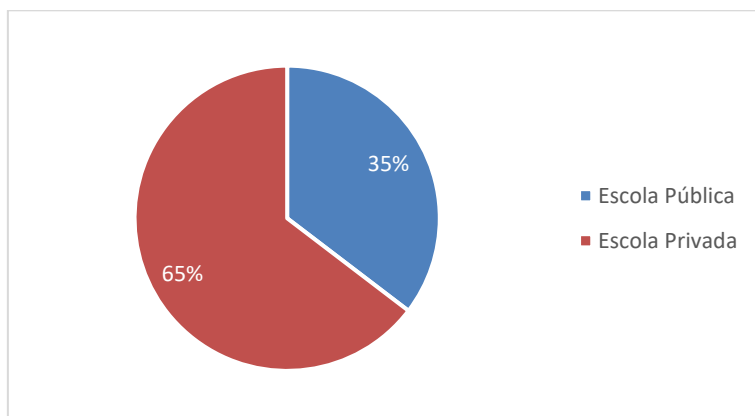
Gráfico 4 – Público-alvo da biblioteca



Fonte: elaboração da autora.

A quinta pergunta referia-se ao tipo de escola que a biblioteca está inserida, se é pública ou privada. A maioria respondeu que é privada, 64,6% (53 bibliotecários) e da pública, 35,4% (29 bibliotecários), como mostra o gráfico 5.

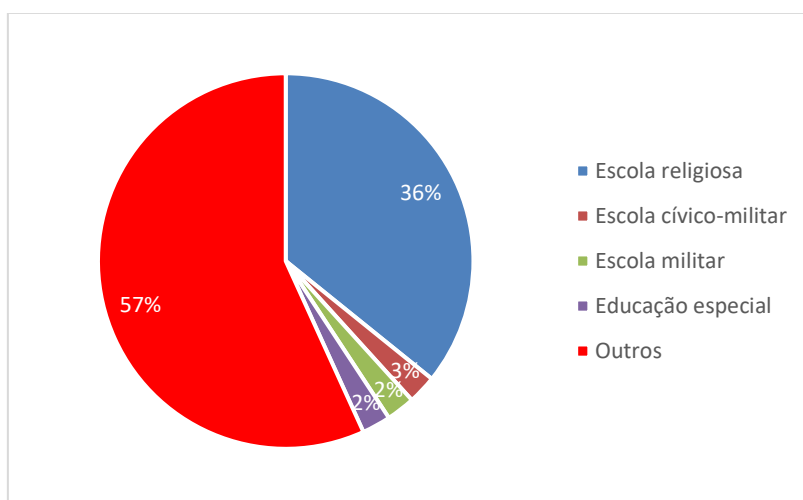
Gráfico 5 – Tipo da escola em que a biblioteca está inserida



Fonte: elaboração da autora.

A sexta pergunta foi feita com o intuito de identificar as características da escola, se além de pública ou privada, ela se caracteriza como religiosa, militar, cívico-militar, educação especial, laica, entre outros tipos. Responderam bibliotecários atuantes em escola religiosa (29 bibliotecários, 36%), escola cívico-militar (3 bibliotecários, 3%), militar (2 bibliotecários, 2%), educação especial (2 bibliotecários, 2%). Na opção “outros”, 46 (57%) bibliotecários responderam apontando outros segmentos de escola que fazem parte, como técnico profissionalizante, escola básica, apenas pública, particular sem vínculo religioso, integral, federal, obra social, pública com setor escolar, internacional, ensino regular, municipal, bilíngue, Montessori, biblioteca escolar da universidade com convênio com o município, Ensino de Jovens e Adultos (EJA), bi cultural, tradicional, laica e interacionista, como mostra o gráfico 6:

Gráfico 6 – Características das bibliotecas escolares



Fonte: elaboração da autora.

O levantamento da primeira parte da pesquisa teve como objetivo levantar o perfil do bibliotecário. Os dados mostram que os respondentes se concentram mais na região Sudeste, a faixa etária predominante é de 31 a 45 anos, com experiência de 1 a 5 anos em bibliotecas escolares privadas, em que o público-alvo é Ensino Fundamental I. E, por fim, as escolas são de vários segmentos. Os bibliotecários da amostra, em sua maioria, já são maduros ou entrando na meia idade, mas possuem pouco tempo de experiência profissional. Isto pode acontecer, pois, de acordo com Assis (2018), o profissional da informação recém-formado sente-se despreparado no mercado de trabalho, porque na formação acadêmica não é abordado com tanta veemência sobre o assunto. Com isso precisa de cursos de especialização na área que pretende atuar, no caso dessa pesquisa, a biblioteca escolar. Com base nisso, Gasque (2013, p. 152) afirma que para atuar em biblioteca escolar, o bibliotecário precisa se tornar um infoeducador, cuja formação precisa “abranger os aspectos psicopedagógicos e sociais, além dos técnicos e gerenciais”, já abordados nas universidades.

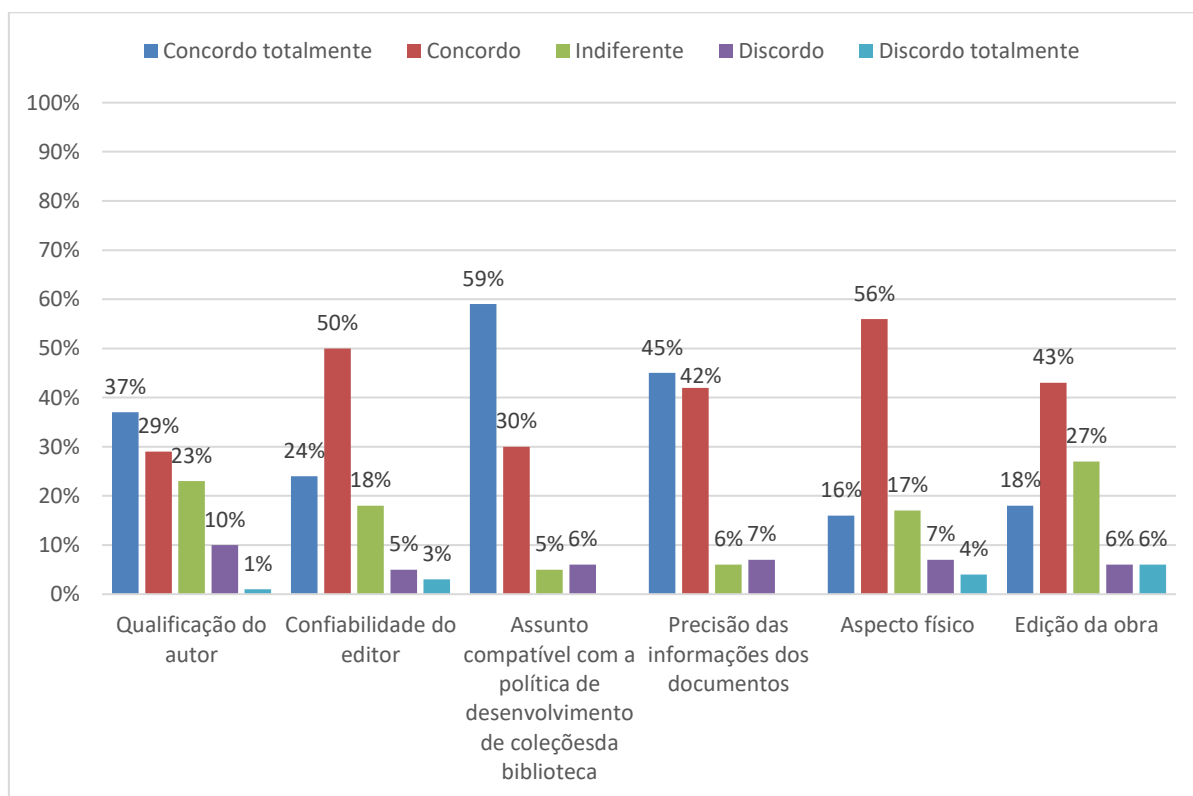
A motivação da formação continuada deve partir do próprio bibliotecário para a autora, contudo não isenta as universidades de oferecerem no currículo ensino-aprendizagem com a finalidade de aperfeiçoar as competências do profissional que deseja atuar em biblioteca escolar (GASQUE, 2013). Além do mais, Assis (2018) destaca que a desmotivação pode impactar na vida profissional do bibliotecário, seja logo no vestibular, por não ser a sua primeira opção de curso ou até mesmo o comodismo, quando o profissional da informação já está empregado.

## **6.2 Percepção dos bibliotecários sobre os critérios de seleção do acervo da biblioteca escolar**

O segundo objetivo da pesquisa mensurou como os bibliotecários percebem a política de seleção de acervo da biblioteca em que atuam. Na sétima pergunta, foi abordado sobre a relevância dos critérios de seleção de materiais usados pelos bibliotecários escolares, de acordo com os critérios propostos por Vergueiro (2010), Côrte e Bandeira (2011) e Vieira (2014) como qualificação do editor, confiabilidade do editor, precisão das informações dos documentos e edição da obra. Quanto à qualificação do autor, 30 (37%) respondentes afirmam que concordam totalmente em usar esse critério ao selecionar as obras, 24 (29%) concordam, 19 (23%) são indiferentes, 8 (10%) discordam e 1 (1%) discorda totalmente. Sobre a confiabilidade do editor, 20 (24%) concordam totalmente, 41 (50%) concordam, 15 (18%) são indiferentes, 4 (5%)

discordam e 2 (3%) discordam totalmente. Quanto ao assunto compatível com a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca, 48 (59%) afirmaram que concordam totalmente; 25 (30%) concordam; 4 (5%) são indiferentes a esse critério; 5 (6%) discordam e nenhum (0%) discorda totalmente. Em relação à precisão das informações dos documentos, 37 (45%) concordam totalmente, 34 (42%) concordam, 5 (6%) são indiferentes e 6 (7%) discordam. Nenhum (0%) discorda totalmente. Quanto ao aspecto físico, 13 (16%) concordam totalmente, 46 (56%) concordam, 14 (17%) são indiferentes, 6 (7%) discordam e 3 (4%) discordam totalmente. Por fim, sobre a edição da obra, 15 (18%) concordam totalmente, 35 (43%) concordam, 22 (27%) são indiferentes, 5 (6%) discordam e 5 (6%) discordam totalmente, de acordo com o gráfico 7.

Gráfico 7 – Critérios de seleção

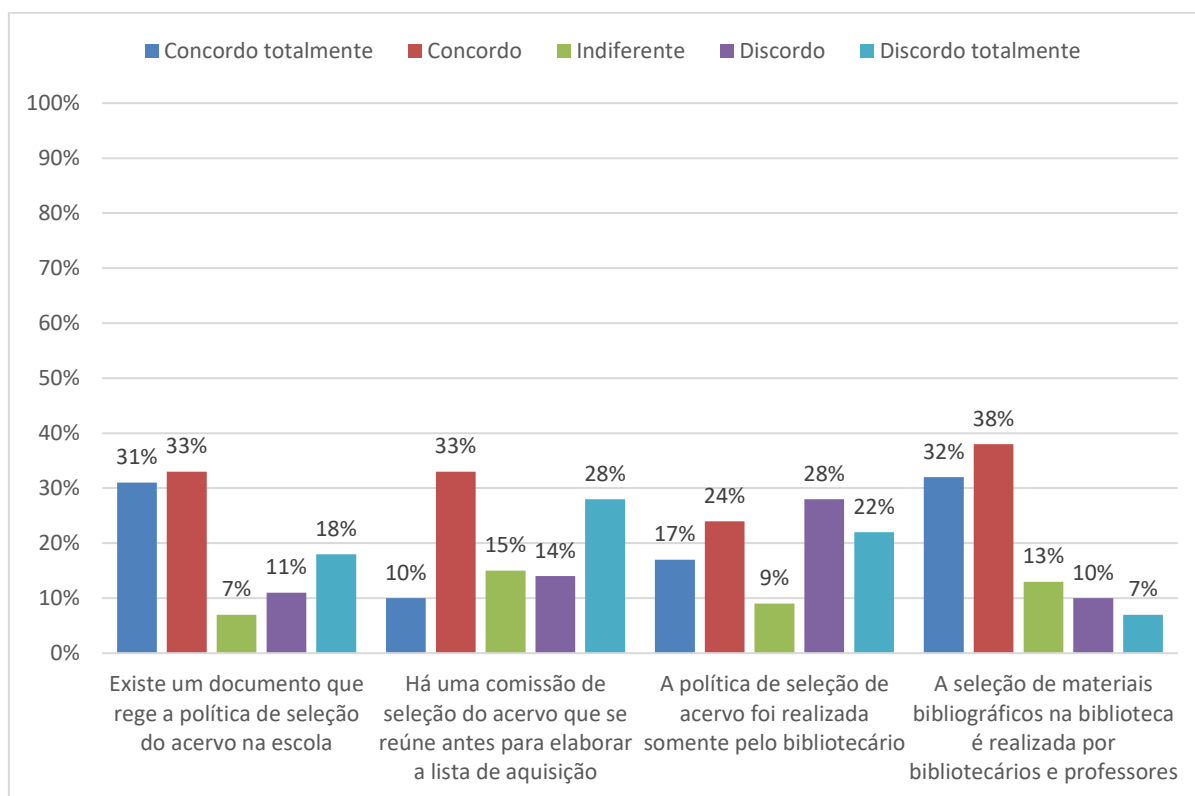


Fonte: elaboração da autora.

Na oitava pergunta, questionou-se a respeito da política de seleção, em que o bibliotecário avaliou quatro afirmativas. A primeira afirmativa referiu-se à existência de um documento que descreve e rege a política de seleção na biblioteca. Os dados mostram que 25 (31%) responderam que concordam totalmente que na biblioteca há esse documento; 27 (33%) responderam que concordam; 6 (7%) são indiferentes à afirmativa; 9 (11%) discordam e 15

(18%) discordam totalmente. No entanto, apesar de a maioria dos respondentes afirmarem que na biblioteca há um documento que rege a política de seleção de acervo, percebe-se que ainda há muitas bibliotecas que não possuem um documento de política de seleção, conforme as respostas dos bibliotecários que discordam e discordam totalmente. A segunda afirmativa tratou-se da presença da comissão de seleção do acervo, que se reúne antes para elaborar a lista de aquisição. Os resultados mostram que 8 (10%) concordam totalmente; 27 (33%) concordam; 12 (15%) são indiferentes; 12 (14%) discordam e 23 (28%) discordam totalmente. A terceira afirmativa questionou se a política de seleção era realizada somente pelo bibliotecário da instituição. A opção “concordo totalmente” que a política de seleção é feita somente pelo bibliotecário foi respondida por 14 (17%) bibliotecários; 20 (24%) responderam que concordam; 7 (9%) são indiferentes; 23 (28%) discordam e 18 (22%) discordam totalmente. Os dados mostram que na maioria, a elaboração da política de seleção contam com outros membros da comunidade educativa, além do bibliotecário. A quarta afirmativa referiu-se à colaboração dos professores na política de seleção do acervo. Os dados mostram que a opção “concordo totalmente” foi respondida por 26 (32%) bibliotecários; 31 (38%) concordam; 11 (13%) são indiferentes; 8 (10%) discordam e 6 (7%) discordam totalmente, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8 – Política de seleção de acervo das bibliotecas escolares



Fonte: elaboração da autora.

O levantamento do segundo objetivo da pesquisa mostrou que quanto aos critérios de seleção do acervo, a maior parte dos bibliotecários os utilizam e estão cientes da importância deles para o crescimento com qualidade do acervo da biblioteca. Como afirmam Geraldo e Pinto (2019), os critérios podem variar dependendo da instituição em que a biblioteca está inserida. Contudo, alguns autores evidenciam as características que devem ser levadas em consideração pelo profissional bibliotecário ao selecionar um documento, tais como a autoridade, aspecto físico da obra, abordagem do assunto, atualidade, cobertura e tratamento (VERGUEIRO, 2010; VIEIRA, 2014). Em relação à política de seleção, a maioria dos bibliotecários afirma ter um documento que oriente a seleção e aquisição de acervo. Este documento, de acordo com Tavares (2015), possibilita que tenha a descrição da política de seleção da biblioteca escolar, como a justificativa do que vai ser selecionado para compor o acervo.

Com isso, facilita a argumentação quando, porventura, as autoridades superiores ao bibliotecário recusam determinada obra (VERGUEIRO, 1989). Quanto à comissão de seleção, as respostas ficaram bem equilibradas entre as bibliotecas que possuem uma comissão de seleção e os que não possuem. O que mostra que em muitas bibliotecas escolares ainda não possuem uma comissão de seleção do acervo em que é elaborada a lista *desiderata* ou uma lista de sugestão de usuários, conforme aponta Vergueiro (1989) e Vieira (2014). Um dos motivos para isso ocorrer, é o fato de a biblioteca escolar não possuir investimentos por parte de autoridades governamentais e políticas adequadas (SILVA, 2011). Entretanto, nas particulares o investimento é maior, segundo Gasque e Silvestre (2017).

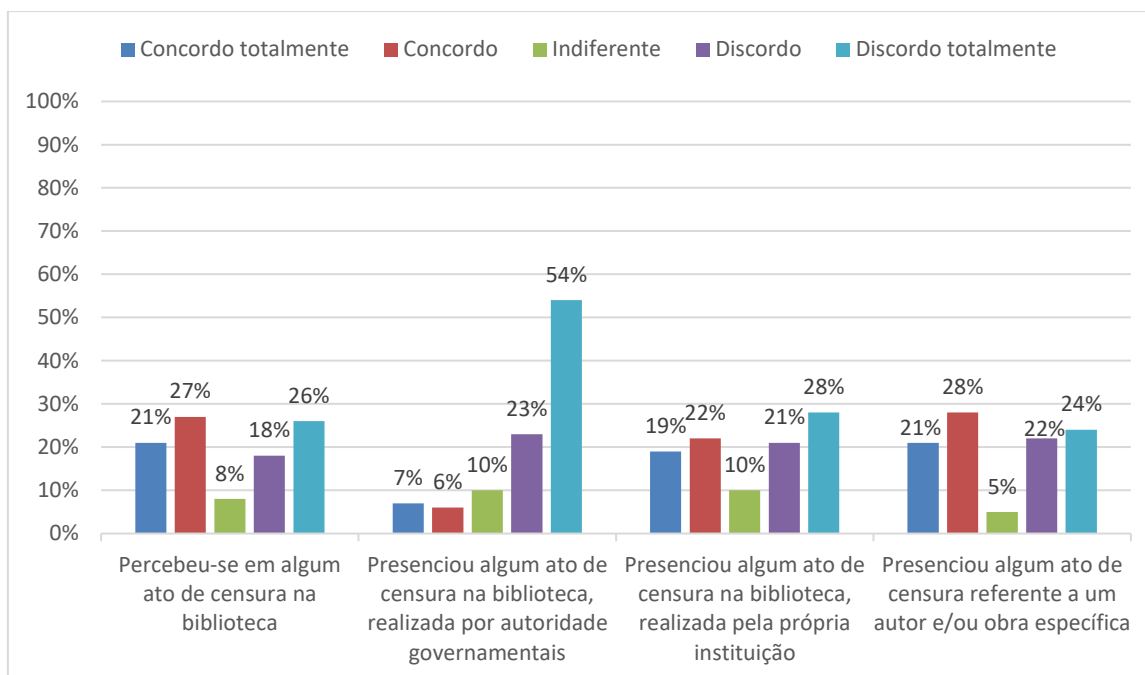
Portanto, terá aquisição de novos itens mais facilmente para compor o acervo da biblioteca por meio dos recursos financeiros e recursos humanos também com o intuito de ser criada tal comissão. Com relação à parceria entre bibliotecários e professores, a maioria dos respondentes da pesquisa afirma que há essa parceria. O que revela que na biblioteca escolar, onde os bibliotecários da amostra atuam, há uma colaboração entre os bibliotecários e professores no momento da seleção de materiais. Isso reitera o que foi afirmado pelos bibliotecários na terceira afirmativa. Essa cooperação é defendida por Gasque e Silvestre (2017) ao afirmar que é importante os bibliotecários e os professores conversarem entre si a fim de possuir um acervo apropriado para os estudantes e que dialogue com a escola, além de um acervo que possibilite a formação continuada dos professores da instituição.

### 6.3 Relação entre a censura de livros e a seleção do acervo

O terceiro objetivo da pesquisa analisou a relação entre a censura de materiais bibliográficos e a seleção do acervo. Nesse sentido, a nona pergunta foi realizada com o intuito de verificar se o bibliotecário sofreu algum tipo de censura na biblioteca escolar. A questão contém quatro afirmativas. A primeira afirmativa referiu-se à percepção do bibliotecário em relação a algum ato de censura na biblioteca. Os resultados mostram que a opção “concordo totalmente” foi respondida por 17 (21%) bibliotecários; a opção “concordo”, por 22 (27%) bibliotecários. A opção “indiferente” foi respondida por 7 (8%) bibliotecários; a opção “discordo”, por 15 (18%) bibliotecários e a opção “discordo totalmente”, por 21 (26%) bibliotecários. A censura realizada por autoridades governamentais foi apresentada por apenas 6 (7%) bibliotecários, que assinalaram as opções “concordo totalmente”; a opção “concordo” foi respondida por apenas 5 (6%) bibliotecários; a opção “indiferente”, por 8 (10%) bibliotecários; a opção “discordo”, por 19 (23%) bibliotecários e a opção “discordo totalmente”, por 44 (54%) bibliotecários.

A censura realizada pela própria instituição foi apresentada por 16 (19%) e 18 (22%) bibliotecários que assinalaram as opções “concordo totalmente” e “concordo”, respectivamente; 17 (21%) respondentes afirmaram que discordam da afirmação; 23 (28%), que discordam totalmente e 8 (10%) são indiferentes. A alternativa “presenciou algum ato de censura referente a um autor e/ou obra específica” foi respondida por 17 (21%) e 23 (28%) bibliotecários que assinalaram as opções “concordo totalmente” e “concordo”, respectivamente; 4 (5%) são indiferentes; 18 (22%) discordam e 20 (24%) discordam totalmente da afirmação, assim como demonstra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Tipos de censura



Fonte: elaboração da autora.

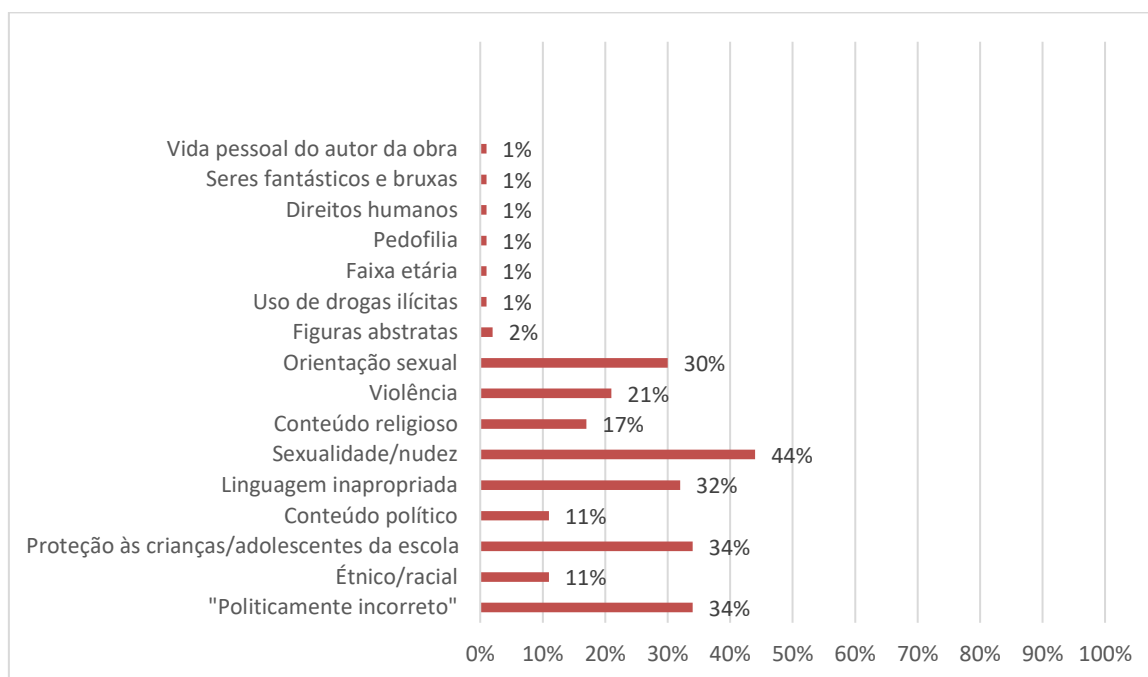
A décima pergunta foi a respeito dos motivos para a censura ocorrer. Nesta questão, os respondentes poderiam marcar mais de uma opção. Sessenta e seis bibliotecários sinalizaram que os motivos para a censura ocorrer, no caso de já terem presenciado, foram os mais diversos, como: obras consideradas “politicamente incorretas” (28 bibliotecários; 34%), com o intuito de proteger as crianças e adolescentes (28 bibliotecários; 34%); obra com conteúdo étnico/racial (9 bibliotecários; 11%); com linguagem inapropriada (26 bibliotecários; 32%); com conteúdo religioso (14 bibliotecários; 17%); orientação sexual (25 bibliotecários; 30%); sexualidade/nudez (36 bibliotecários; 44%); envolvendo determinado tipo de violência (17 bibliotecários; 21%), como mostra o gráfico 10. A pergunta teve a opção “outros”, em que os bibliotecários poderiam relatar se, além dos motivos predefinidos mostrados anteriormente, houve outras situações. Eles relataram que obras foram retiradas do acervo, porque não eram compatíveis com a faixa etária (1 bibliotecário; 1%); mostrando o uso de drogas ilícitas (1 bibliotecário; 1%); com conteúdo de pedofilia (1 bibliotecário; 1%); direitos humanos (1 bibliotecário; 1%); seres fantásticos e bruxas (1 bibliotecário; 1%); conteúdo político (9 bibliotecários; 11%); figuras abstratas (2 bibliotecários; 2%) e vida pessoal do autor da obra (1 bibliotecário; 1%), como mostra o gráfico 10.

Vale ressaltar três relatos de bibliotecários. O bibliotecário 1 afirmou que “uma obra foi retirada do acervo porque o autor era pai de uma aluna e estava sendo processado por abuso



sexual”. O bibliotecário 2 afirmou que uma edição do livro de vestibular possuía uma capa abstrata, que poderia lembrar o corpo de uma mulher. O bibliotecário 3 relatou que a obra censurada continha um poema com ilustrações abstratas que lembravam monstros. A obra foi retirada do acervo, pois o responsável pelo aluno reclamou e a autoridade da escola pediu para tirar o livro e qualquer um que tivesse algo semelhante.

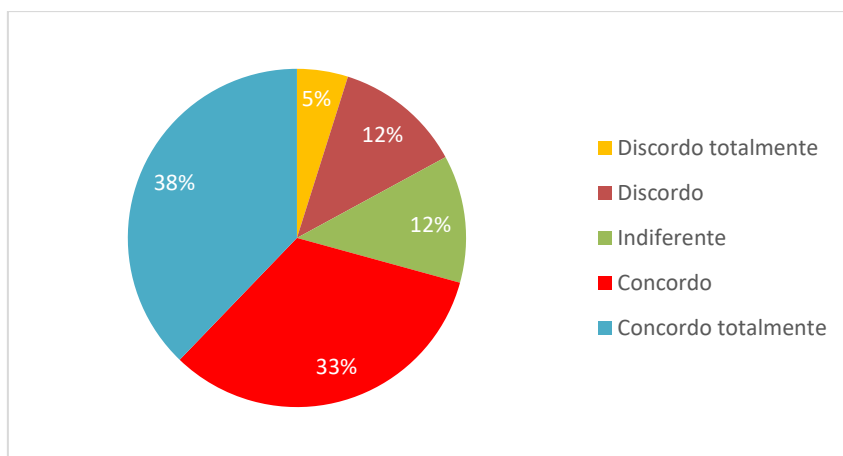
Gráfico 10 – Motivos da censura na biblioteca escolar



Fonte: elaboração da autora.

Na penúltima pergunta, questionou-se ao bibliotecário escolar se era necessário adequar alguns assuntos na biblioteca para os estudantes. A maior parte respondeu que sim, 31 (38%) responderam que concordam totalmente em adequar os assuntos; 27 (33%), que concordam; 10 (12%) são indiferentes; 10 (12%) discordam e 4 (5%) discordam totalmente, como mostra o gráfico 11. Isso mostra que a maioria concorda em adequar determinados assuntos na biblioteca escolar para todos os públicos da biblioteca escolar.

Gráfico 11 – Adequação dos assuntos na biblioteca escolar



Fonte: elaboração da autora.

A última pergunta foi um questionamento do tipo aberto, em que os respondentes deveriam escrever brevemente sobre quais assuntos precisariam adequar e de que forma isso seria possível. Os bibliotecários escolares expuseram a necessidade de adequar os conteúdos eróticos; sexuais; sobre morte e violência; criminalidade; drogas; orientação sexual; questões raciais; temas complexos para crianças, como no caso de obras em que o mal é apreciável; obras de filosofia, ensino religioso e ciências. Ainda na mesma pergunta, os bibliotecários poderiam escrever de que forma essa adequação seria possível, a maioria deles salientaram a importância de conciliar a linguagem e o tipo de obra para cada faixa etária e nível escolar. Por exemplo, adequação da linguagem ao nível de ensino e separação de obras por idade.

Destaca-se a resposta de mais dois bibliotecários:

De modo geral entendo que o grau de aprofundamento dos assuntos é a palavra de ordem. Não que os assuntos devam se adequar, mas ponderar o aprofundamento de forma compatível com a possível compreensão do usuário. Por exemplo, em informática para usuários infantis abordar estrutura de banco de dados ou linguagem de programação não seria coerente ou uma abordagem sobre homem e mulher cis para aulas de ciências do infantil 1. Como já diz a 2ª lei de Ranganathan: para cada leitor o seu livro (Bibliotecário 4).

E a resposta do segundo bibliotecário:

Pela política de gestão de acervo da biblioteca onde trabalho, os livros do acervo infantil precisam ser muito bem selecionados evitando-se violência, imaginação demasiada, imagens que chocam. Quanto ao acervo infantil juvenil, o cuidado se refere a evitar textos que incitem a violência, uso de linguagem inapropriada e estímulo ao sexo. Quanto ao acervo juvenil, evita-se a violência, o uso de linguagem inapropriada e livros que contenham cenas explícitas de sexo. Quanto às outras partes

do acervo, a seleção visa garantir um material de qualidade para o uso de toda a comunidade escolar (Bibliotecário 5).

O levantamento do terceiro objetivo da pesquisa mostrou que no quesito autocensura, notou-se que nas respostas dos bibliotecários alguns discordam que já se perceberam em determinado tipo de censura e outros concordam. Pode-se inferir que a autocensura é muito difícil para o próprio bibliotecário perceber, por esse motivo as respostas são equilibradas. Vergueiro (2010, p. 89) afirma que os bibliotecários não têm consciência ou sequer percebem em um ato de censura ao decidir “em seu próprio nome, e de acordo com a sua própria visão de mundo, sobre aquilo a que os leitores poderão ou não ter acesso”.

Posto isso, o profissional bibliotecário censura determinado material, por diversos motivos, como pressões sociais, políticas ou por apenas com a finalidade de evitar polêmicas no ambiente de trabalho (VERGUEIRO, 1989). A censura legal ou governamental também é apresentada pelos bibliotecários desta pesquisa. A maioria dos respondentes disseram que não presenciou a censura realizada por autoridades governamentais, visto que a maioria dos respondentes são de escolas particulares e as autoridades governamentais não têm tanto impacto assim nessas instituições. Entretanto, percebe-se que na pergunta seguinte, que se referia à censura realizada pela própria instituição, a diferença das respostas de quem “concorda”, “concorda totalmente”, “discorda” e de quem “discorda totalmente” da censura não foi muito significativa. O que mostra que, tanto em colégios particulares quanto em públicos, esse tipo de censura é presente.

Para Vergueiro (1989), a censura governamental é o fato de as autoridades governamentais limitarem o acesso à informação. O que pode impactar também na aprendizagem dos estudantes. A censura administrativa proposta por Pierrat (2009 apud PEREIRA, 2010) se assemelha à censura governamental. No conceito do autor supracitado, essa censura também é realizada por autoridades governamentais e pode ser por meio de decretos, leis.

A amostra apresenta menor quantidade de bibliotecários respondentes nas opções “concordo” e “concordo totalmente”, do que nas opções “discordo” e “discordo totalmente”. No entanto, a censura em bibliotecas no Brasil não é muito abordada pelos veículos de imprensa nacional, como pontua Vergueiro (1987) e passa uma falsa sensação que isso não ocorre, exceto nos casos de censura na biblioteca escolar do Estado de Rondônia e na bienal no Rio de Janeiro (CENSURA..., 2020; OLIVEIRA, 2020; COELHO, 2019), que são dados mais recentes do assunto. Quanto à censura iniciada pela própria instituição, pode-se inferir que a própria classe

bibliotecária é impedida de utilizar a liberdade intelectual, a qual contrapõe diretamente à censura de materiais e isso se deve a vários fatores, por exemplo, o medo (VERGUEIRO, 1987). Em relação ao fato de os bibliotecários terem presenciado censura de algum autor e/ou obra específica, observa-se que as respostas ficaram bem equilibradas, assim como a primeira afirmativa acerca da censura governamental.

Isso indica que os bibliotecários da amostra não divergem tanto quanto à censura específica de um autor e/ou obra na biblioteca escolar que atuam. Percebe-se que a censura de um autor e/ou obra em especial é a que mais é noticiada pelos veículos de imprensa, como foi o que ocorreu em Rondônia e no Rio de Janeiro ao proibir determinados autores e obras na biblioteca escolar e na bienal (CENSURA..., 2020; OLIVEIRA, 2020; COELHO, 2019). Destaca-se que, no relato do bibliotecário 3, a censura partiu de indivíduos, no caso o próprio responsável do estudante. Em relação a esse tipo de fato, Vergueiro (1987) afirma que um dos censores também pode ser por pressão do próprio indivíduo, nesse caso o responsável pelo estudante. Com a décima pergunta, pode-se constatar que mais da metade dos respondentes sinalizaram que passaram por algum tipo de censura na biblioteca, em que eles atuam e o maior motivo apresentado por eles são obras que contém sexualidade e nudez.

Pereira (2010) cita como um dos motivos para a censura ocorrer a sexualidade e a nudez, que pode estar ligada também ao motivo da proteção às crianças e aos adolescentes, cujos pais ou até mesmo os professores não sabem o real conteúdo da obra. Os motivos apresentados pelos bibliotecários de escolas religiosas mostram que o principal deles relaciona-se à proteção das crianças e dos adolescentes, seguido de sexualidade/nudez; linguagem inapropriada e obras com conteúdo sobre orientação sexual.

Todavia outros motivos mais excêntricos foram relatados, como figuras abstratas, seres fantásticos e bruxas nas obras. Neste sentido, a maioria dos bibliotecários respondentes da pesquisa apontaram que é necessário adequar os assuntos na biblioteca para todos os níveis escolares, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Entretanto a adequação do acervo não necessariamente significa a limitação do conteúdo na biblioteca escolar, mas o fato de o bibliotecário conhecer os livros e o leitor para a formação do acervo da biblioteca (RANGANATHAN, 2009, p. 177-181). O bibliotecário 4 cita a respeito da segunda lei de Ranganathan (2009) para argumentar acerca da adequação dos assuntos para a biblioteca escolar. O autor em questão enfatiza “para cada pessoa o seu livro”, ou seja, cada leitor terá a sua necessidade informacional e educacional de maneira democrática, “reduzindo a pó a barreira aristocrática do elitismo e do esnobismo” (RANGANATHAN, 2009, p. 50-58). O

bibliotecário da amostra também concatena a segunda lei com a faixa etária e nível escolar do aprendiz.

A partir do relato do bibliotecário 5, percebe-se que ao selecionar o acervo, o profissional da informação aprimora a habilidade de conhecer o leitor e os livros com a finalidade de obter um acervo adequado para cada idade. Assim como defende Ranganathan (2009, p. 177-181), o bibliotecário deve conhecer os livros e o leitor para a formação do acervo da biblioteca. A literatura afirma que é preciso que a formação do acervo seja feita com respeito à diversidade dos materiais e à política pedagógica da escola, independente do suporte, seja ele digital ou impresso (ABREU, 2012a; GASQUE; CASARIN, 2016).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca escolar é parte do sistema educacional e tem a missão ligada à escola, por meio das políticas pedagógicas da instituição. Além de não ser mais vista apenas como um depósito de livros e promover o acesso à informação, a biblioteca escolar precisa estar alinhada ao ensino-aprendizagem dos estudantes, práticas de leitura e escrita. Uma vez que a biblioteca escolar seja parte do processo de ensino-aprendizagem e atuante como Centro de Recursos de Aprendizagem, a instituição garante a aprendizagem contínua, o estímulo à leitura dos aprendizes, à criatividade e à comunicação por meio de tecnologia, formação continuada de professores. A partir da Antiguidade, a disseminação e a conservação de ideias são disseminadas por diversos tipos de suportes, como livros, tabletes de argilas e, atualmente, materiais eletrônicos. E de uma forma geral, a biblioteca possuía um conceito mais amplo, em que consistia em um espaço, onde essas ideias, esses suportes são consultados por uma comunidade.

Além disso, a biblioteca antigamente era pensada para garantir a sobrevivência dos registros do conhecimento da humanidade e preservar esse patrimônio intelectual com o intuito de oferecer longevidade às obras. Mais especificamente, as primeiras bibliotecas escolares surgiram na Bahia, com público restrito a somente membros da Igreja e tinha como função a catequização de índios e colonos. No contexto atual, a biblioteca escolar é considerada como um espaço de aprendizagem vinculada às ferramentas pedagógicas da escola. Apesar da falta de políticas públicas necessárias, algumas leis e programas nacionais propiciaram o desenvolvimento das bibliotecas escolares, como a Lei nº 9.394/1996, os PCNs, o PNBE, a Lei nº 12.244/2010, as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* e a *Base Nacional Comum Curricular*.

Além do mais, os professores e os bibliotecários precisam ser parceiros com a finalidade de aproximar os estudantes dos serviços da biblioteca com auxílio em pesquisas escolares, incentivo à leitura e escrita. E, com isso, afastar a ideia de que a biblioteca será o último recurso a ser procurado no lugar da internet, por exemplo. Isto se deve à falta de conscientização das pessoas e da comunidade escolar acerca da importância e dos serviços das bibliotecas escolares.

Para isso de fato acontecer, o conhecimento da técnica de seleção de materiais, dos seus critérios, dos seus usuários, da política de desenvolvimento de coleções, da forma de aquisição, do desbastamento, da avaliação do acervo e atenção à formação e o desenvolvimento do acervo, pelos bibliotecários é imprescindível. E a coleção da biblioteca escolar também depende da instituição em que a biblioteca está inserida. A partir disso, a censura, que não é muito divulgada, ainda é presente nesses ambientes, seja pelo bibliotecário, por autoridades governamentais, por pressões individuais ou de grupo, que nesse caso podem ser incluídos os próprios pais e responsáveis pelos estudantes. Outros tipos de censura que limitam a circulação da obra são as censuras: jurídica, administrativa, cerceativa, intimidativa, econômica e ideológica. Os motivos para isso ocorrer variam de obras que contém opiniões políticas, cunho sexual, linguagem inapropriada até a adoção do “politicamente correto”.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a percepção do bibliotecário escolar sobre a questão da censura na biblioteca escolar do ensino fundamental e ensino médio. Posto isso, definiram-se três objetivos específicos. O primeiro, levantar o perfil demográfico do bibliotecário escolar; o segundo, levantar a percepção dos bibliotecários sobre os critérios de seleção e o terceiro, levantar a relação entre a censura de obras e a seleção do acervo.

Em relação ao primeiro objetivo específico, observou-se que os bibliotecários respondentes desta pesquisa são da região Sudeste, com faixa etária entre 31 e 45 anos, com experiência em biblioteca escolar de 1 a 5 anos. As bibliotecas em que eles atuam têm o público-alvo de Ensino Fundamental I, a maioria são de escolas particulares de diversos segmentos, como escola internacional, bilíngue, religiosa, entre outros tipos. Diante do exposto no segundo objetivo, percebe-se que os bibliotecários escolares, de uma forma geral, têm o conhecimento e aplicam os critérios de seleção em seu trabalho, como verificar a qualificação de autoria, de editor, o assunto, precisão das informações, aspecto físico e edição da obra para a maior qualidade e desenvolvimento do acervo. Além disso, a política de desenvolvimento de coleções e a parceria entre bibliotecários e professores, de acordo com os respondentes da pesquisa, também foram apontados de forma positiva nesse processo. Em muitas bibliotecas escolares desta pesquisa não há uma comissão específica com a finalidade de tratar da seleção do acervo. Quanto ao terceiro objetivo, constatou-se que a censura existe em bibliotecas escolares, tanto

por parte do próprio bibliotecário, por já ter uma noção que determinada obra não será bem-vinda na instituição ou até mesmo pela própria instituição por pressão dos pais ou responsáveis, os quais não aprovam determinado material que já foi selecionado para compor o acervo, passou por todas as etapas necessárias. Os motivos para isso ocorrer são dos mais variados, como figuras abstratas, seres fantásticos e bruxas, obras que contêm sexualidade e nudez.

Portanto, cabe à classe bibliotecária se unir para combater a censura em bibliotecas – seja de qualquer tipo –, dialogar com a sua instituição quando um caso desses relatados anteriormente forem identificados. Além do mais, promover a conscientização de pais e responsáveis, em ambiente escolar, por meio da liberdade intelectual, por exemplo, é essencial. Afinal, essa prática tem como finalidade cercar o direito de os estudantes terem contato com obras de diversos gêneros, seja para pesquisa, aprendizagem, conhecimento ou prazer pela leitura, por motivos que não são previamente estabelecidos. E a função da biblioteca escolar é exatamente o contrário; promover ensino-aprendizagem, informação e o contato dos estudantes com diversas obras que agreguem na vida escolar.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. A coleção da biblioteca escolar. *In*: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 29-33. *Ebook*.

\_\_\_\_\_. Pesquisa escolar. *In*: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 25-28. *Ebook*.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. A biblioteca faz a diferença. *In*: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 13-15. *Ebook*.

\_\_\_\_\_. Biblioteca e educação infantil. *In*: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 55-60. *Ebook*.

ASSIS, Tainá Batista de. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília, DF: Ipea, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8298/1/Bibliotec%C3%A1rio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI\\_pensando%20o%20seu%20papel%20na%20contemporaneidade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8298/1/Bibliotec%C3%A1rio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_pensando%20o%20seu%20papel%20na%20contemporaneidade.pdf). Acesso em: 16 ago. 2020.

BASE nacional comum curricular: educação é a base. [Brasília, DF]: Ministério da Educação, [2018?]. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

BIBLIOTECAS que não se calam. **Febab**, São Paulo, c2012-2020. Disponível em: <http://www.febab.org.br/2020/03/04/bibliotecas-que-nao-se-calam/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 3 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm). Acesso em: 7 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/d\\_c\\_n\\_educacao\\_basica\\_nova.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf). Acesso em: 2 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.



\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** língua portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 87p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em 7 jan. 2020.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Biblioteca escolar e acervo de classe. *In:* CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 51-53. *Ebook*.

\_\_\_\_\_. O espaço físico da biblioteca. *In:* CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 47-49. *Ebook*.

CAMPELLO, Bernadete. A competência informacional na educação para o século XXI. *In:* CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 9-11. *Ebook*.

\_\_\_\_\_. Biblioteca e parâmetros curriculares nacionais. *In:* CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b. p. 17-19. *Ebook*.

CARVALHO, Maria da Conceição. Internet e pesquisa escolar. *In:* CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 33-36. *Ebook*.

CENSURA a livros em RO é criticada pela Academia Brasileira de Letras. **R7**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/censura-a-livros-em-ro-e-criticada-pela-academia-brasileira-de-letras-07022020>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CIDADANIA: crise nas bibliotecas escolas. [Brasília, DF]: TV Senado, 2014. 1 vídeo (22min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cbrKNRXCTuE>. Acesso em: 21 jun. 2020.

COELHO, Henrique. Autores e editores fazem manifesto contra censura na Bienal do Livro do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 8 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/autores-e-editores-fazem-manifesto-contr-a-censura-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2019.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA et al. Mediação cultural em biblioteca escolar: uma experiência na biblioteca Silvío Romeiro. *In:* ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 21., 2018, Recife. **Anais [...]**. Recife: [s. n.], 2018. p. [63-78].

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DIANA vence debate e censura de livros é aprovada por votação dos alunos. **Gshow**, Rio de Janeiro, 5 fev. 2020. Disponível em: <https://gshow.globo.com/novelas/malhacao/2019/vem-por-ai/noticia/diana-vence-debate-e-censura-de-livros-e-aprovada-por-votacao-dos-alunos.ghml>. Acesso em: 16 abr. 2020.

DURBAN ROCA, Glòria. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: ArtMed, 2012. *Ebook*.

ENEM 2014: apenas 250 pessoas tiveram nota máxima na redação. **Veja**, [s. l.], 13 jan. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/enem-2014-apenas-250-pessoas-tiveram-nota-maxima-na-redacao/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

FONTES, Melissa Gabriely; GALVÃO, Ana Luiza Dantas; SANTIAGO, Magaly Alexandre. A biblioteca escolar: ambiente de ensino e aprendizagem. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 21., 2018, Recife. **Anais [...]**. Recife: [s. n.], 2018. p. [8-18].

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; CASARIN, Helen de Castro Silva. Bibliotecas escolares: tendências globais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 36-55, set./dez. 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23396/1/ARTIGO\\_BibliotecasEscolaresTendencias.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23396/1/ARTIGO_BibliotecasEscolaresTendencias.pdf). Acesso em: 2 mar. 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Centro de recursos de aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 138-153, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1656/1640>. Acesso em: 9 mar. 2020.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; SILVESTRE, Flor de María. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 79-105, set./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245233.79-105>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68642/41367>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Na pauta da discussão: seleção de acervo em bibliotecas públicas e escolares. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. [1-14], 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/45220/27681>. Acesso em: 4 jun. 2020.

INAUGURAÇÃO da TV Globo. **Grupo Globo**, [s. l.], c2013. Disponível em: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregorio; FERNEDA, Edberto. **A biblioteca escolar e a nova geração de nativos digitais**: construindo novas relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

LE MOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: \_\_\_\_\_. **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. (Coleção Ciência da Informação).

LIBRARY Bill of Rights. [Chicago, IL], **American Library Association**, c1996. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>. Acesso em: 9 jan. 2020.

LIMA, Gisele Araujo de. Biblioteca e afetividade: reflexos de ações no ambiente escolar. *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 21., 2018, Recife. **Anais [...]**. Recife: [s. n.], 2018. p. [48-62].

MARTINS JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. *Ebook*.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>. Acesso em: 4 jun. 2020.

MORAES, Rubens Borbas de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Prefácio. *In: CÔRTE*, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. p. v-vi.

NOTA oficial. **Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, 7 fev. 2020. Disponível em: <http://www.academia.org.br/noticias/nota-oficial-0>. Acesso em: 8 fev. 2020.

OLIVEIRA, Jessica Pereira de *et al.* Biblioteca escolar: estudo sobre a biblioteca do Colégio de Aplicação da UFPE. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. [1-14], 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/30383/17587>. Acesso em: 3 jun. 2020.

OLIVEIRA, Regiane. Censura de livros expõe “laboratório do conservadorismo” em Rondônia. **El País**, São Paulo, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-08/censura-de-livros-expoe-laboratorio-do-conservadorismo-em-rondonia.html>. Acesso em: 8 fev. 2020.

PEREIRA, Jessica Valesca Toscano *et al.* Impacto de bibliotecas escolares no processo de ensinoaprendizagem de alunos do ensino médio: um estudo de usuários da Biblioteca do Centro de Educação Integrada. *In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE TECNOLOGIA, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*, 6., [201-, s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n., 201-].

PEREIRA, Klaus Rossweiler. **Silêncio na biblioteca**: atos de censura em bibliotecas brasileiras. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25891/000755140.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 4 mar. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Universidade Feevale: Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <http://feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

QUEM somos. **TV Senado**, Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/quem-somos>. Acesso em: 21 jun.2020.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução de Tarcisio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. O papel da biblioteca escolar na formação do leitor. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 15., 2005, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais15/index.htm](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/index.htm). Acesso em: 28 fev. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894**. Approva o regimento interno das escolas publicas. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1894. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>. Acesso em: 31 maio 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: [https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797/pdf\\_63](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797/pdf_63). Acesso em: 2 mar. 2020.

TAVARES, William Queiroz. Política de desenvolvimento de coleções no sistema integrado de bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. [1-15], 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/25087/15194>. Acesso em: 4 jun. 2020.

TORRES, Alanna Gianin de Souza. **Políticas públicas aplicadas à biblioteca escolar**: estudo dos centros de ensino fundamental de Samambaia. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8623/1/2014\\_AlannaGianindeSouzaTorres.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8623/1/2014_AlannaGianindeSouzaTorres.pdf). Acesso em: 29 maio 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan./jun. 1987. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/266/266>. Acesso em: 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

\_\_\_\_\_. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2010.

VERONEZE, Caroline Candido; AMARAL, Roniberto Morato do. Desenvolvimento e implementação de uma política de desbaste. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: [s. n.]. p. [1-14], 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1620/1621>. Acesso em: 4 jun. 2020.

VEJA a lista de livros censurados pelo governo de Rondônia em pleno século 21. **Blog do Esmael**, [s. l.], 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.esmaelmoraes.com.br/2020/02/veja-a-lista-de-livros-censurados-pelo-governo-de-rondonia-em-pleno-seculo-21/>. Acesso em: 7 mar. 2020.

VIANNA, Márica Milton. A organização da coleção. *In*: CAMPELLO, Bernadete et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 43-46. *Ebook*.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. *Ebook*.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem vindo ao deserto do real!**: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Boitempo: São Paulo, 2003. (Coleção Estado de Sítio).

## **APÊNDICE**

### **APÊNDICE A – Questionário**

O questionário a seguir foi elaborado pela estudante Millena Cordeiro, do curso de Biblioteconomia, da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Kelley Cristine Gasque, com o intuito de levantar dados para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso. Este questionário tem como objetivo identificar a percepção do bibliotecário com relação à censura de livros na biblioteca escolar de ensino fundamental. Não é preciso se identificar nem mencionar o nome de sua biblioteca. Qualquer dúvida com relação ao questionário, entrar em contato através das redes sociais, que estou divulgando esse questionário ou pelo e-mail [millena.matos@aluno.unb.br](mailto:millena.matos@aluno.unb.br).

- Perfil demográfico do(a) bibliotecário(a).

**1. Qual é a região em que você reside?**

- a.** Região Centro-Oeste
- b.** Região Norte
- c.** Região Sul
- d.** Região Sudeste
- e.** Região Nordeste

**2. Qual a sua faixa etária? Assinale uma única opção.**

- a.** De 18 a 30 anos
- b.** De 31 a 45 anos
- c.** De 46 a 60 anos
- d.** Mais de 61 anos

**3. Quanto tempo de experiência em biblioteca escolar? Assinale uma única opção.**

- a.** De 1 mês a 1 ano
- b.** De 1 ano a 5 anos
- c.** De 5 anos a 10 anos
- d.** Mais de 10 anos

4. Qual o público-alvo da biblioteca escolar em que você atua? Assinale os itens necessários:

- a. Educação Infantil
- b. Ensino Fundamental I
- c. Ensino Fundamental II
- d. Ensino Médio

- Instituição e biblioteca

5. A instituição, em que você trabalha, é pública ou privada?

- a. Pública
- b. Privada

6. A instituição, em que você trabalha, encaixa-se em qual das opções abaixo:

- a. Escola Religiosa
- b. Escola Militar
- c. Escola de Educação Especial
- d. Internato
- e. Escola Cívico-militar
- f. Outros: \_\_\_\_\_

- Processo de seleção de materiais

Nesta seção, realizaremos algumas perguntas acerca do processo de seleção de materiais para o acervo da biblioteca escolar em que você atua. Marque as opções em relação a cada afirmativa a seguir ao realizar o processo de seleção de materiais para compor o acervo da biblioteca.

7. Nesta pergunta, quanto mais próximo do "Discordo totalmente", mais você desconsidera o critério ao selecionar o item para o seu acervo e quanto mais próximo do "Concordo totalmente", mais você considera o critério.

- Qualificação do autor.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo

- e. Concordo totalmente
- Confiabilidade do editor.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Assunto compatível com a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Precisão das informações dos documentos.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Aspecto físico.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Edição da obra.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo



- c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Política de seleção
  - 8. Em relação à política de seleção, avalie as afirmativas a seguir.
- Existe um documento que descreve e rege a política de seleção do acervo na escola.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Há uma comissão de seleção do acervo que se reúne antes para elaborar a lista de aquisição.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- A política de seleção de acervo foi realizada somente pelo bibliotecário.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- A seleção de materiais bibliográficos na biblioteca é realizada por bibliotecário e professores.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente

- d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Censura de materiais bibliográficos
  - 9. Em relação à censura de materiais bibliográficos, avalie as afirmativas a seguir:
- Percebeu-se em algum ato de censura na biblioteca.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Presenciou algum ato de censura na biblioteca, realizada por autoridades governamentais.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Presenciou algum ato de censura na biblioteca, realizada pela própria instituição.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente
- Presenciou algum ato de censura referente a um autor e/ou obra específica.
  - a. Discordo totalmente
  - b. Discordo
  - c. Indiferente
  - d. Concordo
  - e. Concordo totalmente

**10.** Se presenciou algum ato de censura na biblioteca escolar, quais foram os motivos dessa censura ocorrer? Se não presenciou algum ato de censura, não é necessário responder essa questão. Você pode marcar mais de uma opção.

- a.** Obra considerada “politicamente incorreta”
- b.** Proteção às crianças/adolescentes da escola
- c.** Obra com conteúdo étnico/racial
- d.** Obra com conteúdo político
- e.** Obra com linguagem inapropriada
- f.** Obra com sexualidade/nudez
- g.** Obra com conteúdo religioso
- h.** Obra envolvendo determinado tipo de violência
- i.** Obra com conteúdo sobre orientação sexual
- j.** Outros: \_\_\_\_\_

- Relação entre censura de livros e seleção do acervo

Em relação à censura e a seleção de materiais bibliográficos para o acervo, avalie a afirmativa a seguir:

**11.** É preciso adequar alguns assuntos na biblioteca para os estudantes de todos os níveis (do Educação Infantil ao Ensino Médio).

- a.** Discordo totalmente
- b.** Discordo
- c.** Indiferente
- d.** Concordo
- e.** Concordo totalmente

**12.** Se na resposta anterior você acha que precisa adequar alguns assuntos, quais assuntos seriam esses? E de que forma você acha que precisaria adequar? Se você não acha, não é necessário responder essa questão.

---

## ANEXO

## ANEXO A – Fragmento do livro censurado na Bienal



Fonte: Coelho (2019).

## ANEXO B – Lista de livros censurados pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO**

Palácio Rio Madeira – Edifício Guaporé, Rua Padre Chiquinho s/nº - CEP: 76.801.086 – Porto Velho/RO  
Fone: (69) 3216-7317

**RELAÇÃO DOS LIVROS A SEREM RECOLHIDOS**

Nº	Livro/Título	Autor
01	O Melhor De	Caio Fernando Abreu
02	Macunaima, O Herói Sem Nenhum Caráter	Mário De Andrade
03	Poemas Escolhidos	Ferreira Gular
04	A Volta Por Cima	Carlos Heitor Cony
05	Mar De Histórias	Aurélio Buarque De Holanda Ferreira/ Todos Os Volumes
06	O Irmão Que Tu Me Deste	Carlos Hitor Cony
07	A Menina De Cá	Carlos Nascimento Silva
08	Diário De Um Fescenino	Rubem Fonseca
09	Bufo& Spallanzani	Rubem Fonseca
10	O Melhor De Rubem Fonseca	Rubem Fonseca
11	Secreção Excreções E Desatinos	Rubem Fonseca
12	Guia Millôr Da História Do Brasil	Ivan Rubino Fernandes
13	O Ventre	Carlos Heitor Cony
14	Os Prisioneiros	Rubem Fonseca
15	Agosto	Ruben Fonseca
16	Beijo No Alfalto	Nelson Rodrigues
17	Amálgama	Rubem Fonseca
18	Rosa Vegetal De Sangue	Carlos Hitor Cony
19	O Mistério Da Moto De Cristal	Ana Lee& Carlos Heitor Cony
20	Estrangeira	Sonia Rodrigues
21	O Doente Molière	Rubem Fonseca
22	A Coleira Do Cão	Rubem Fonseca
23	O Melhor De Nelson Rodrigues	Nelson Rodrigues
24	13 Dos Melhores Contos De Amor	Rosa Amanda Strausz
25	Memórias Póstumas De Brás Cubas	Machado De Assis
26	O Castelo	Franz Kafka
27	Os Sertões Da Luta	Euclides Da Cunha
28	Mil E Uma Noites	Carlos Heitor Cony
29	Contos De Terror De Mistério E De Morte	Edgar Allan Poe
30	Vestido De Noiva	Graphic Novel
31	O Seminarista	Rubem Fonseca
32	Histórias Curtas	Rubem Fonseca
33	O Ato E O Fato	Carlos Heitor Cony
34	O Seminarista	Rubem Fonseca
35	O Harém Das Bananeiras	Carlos Heitor Cony
36	Histórias De Amor	Rubem Fonseca
37	O Buraco Na Parede	Rubem Fonseca
38	Feliz Ano Novo	Rubem Fonseca
39	A Vida Como Ela É	Nelson Rodrigues
40	Calibre 22	Rubem Fonseca
41	Mandrake A Bíblia E A Bengala	Rubem Fonseca
42	Lúcia Mccartney	Rubem Fonseca
43	Romance Negro E Outras Histórias	Rubem Fonseca

Observação: Todos os livros do Rubem Alves devem ser recolhidos.